ELO JORNAL ANO XX

PORTE PAGO

que o descanso merecido nunca seja desinteresse

ADFA

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

MENSÁRIO
N.º 234

JULHO 1994
PREÇO: 110$00

Audiência com o Ministro da Defesa Nacional

- **Garantida assistência médica nos Hospitais Militares**
- **Entregue memorandum sobre o futuro do Lar Militar**
- **Reinvindicada, pela ADFA, entre outras prioridades a publicação urgente das recomendações da 6.ª Conferência**

Pág. 2

Comissão Permanente dos Assuntos Africanos FMAC — Costa do Marfim

6.º Conferência impulsionou solidariedade com África

- **França admite rever pensões congeladas há 34 anos aos deficientes militares africanos**
- **ADFA reitera a defesa de que a ONU aprove Declaração Universal dos Direitos dos Deficientes de Guerra**

Pág. 5

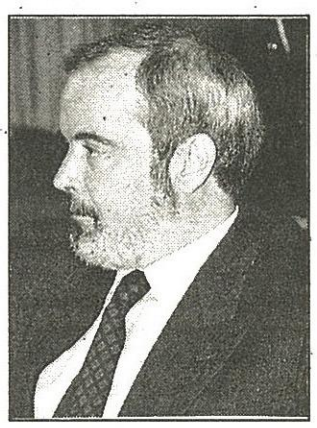
Secretariado Nacional de Reabilitação

- **Após reestruturação reuniu, pela primeira vez, o CNR**
- **Secretário Nacional dá entrevista ao "ELO"**

Centrais

Isenção de propinas — Reitores reconsideram...

Audiência com o Ministro da Defesa Nacional



O Ministro da Defesa Nacional, Dr. Fernando Nogueira, recebeu em audiência a Direcção Central da ADFA, no dia 22 de Julho, onde lhe foram apresentadas as preocupações da nossa associação. Todos os projectos considerados de âmbito geral foram discutidos, tendo alguns 20 anos, como são os casos dos deficientes das Forças Armadas que não têm pensão e com incapacidades iguais ou superiores a 30%; o das viúvas, um drama social que se abate sobre muitas mulheres, dignas e ternas mães e esposas, que durante a guerra sempre os apoiaram os seus maridos, e que hoje ainda a força da lei as ignora.

Foram discutidas matérias tão importantes como a impossibilidade de acumulação das pensões de invalidez (E.A.) com a reforma de funcionário público, que continua a ser de uma enorme injustiça; a isenção do IRS para as pensões militares, que devem ser consideradas como indemnizações e por essa razão não incidir nenhum imposto sobre as mesmas; a questão dos escalões, que devem ser aplicados aos DFA em conformidade com o estipulado no dec. lei 43/76; uma reivindicação que vem já da 5ª Conferência, realizada em 1988, que é a extensão dos direitos dos Grandes Deficientes em Serviço, a partir de uma incapacidade igual ou superior a 60%, e que neste momento abrange apenas as incapacidades iguais ou superiores a 70%.

Todas estas medidas são urgentes, pois estamos à entrar na faixa etária dos 50 anos, a saúde deteriora-se, assim como as condições sócio-profissionais, e a única entidade capaz de contribuir para as resolver é à ADFA, que se encontra atenta e mobilizada.

Foi também o Ministro informado das iniciativas tomadas junto da CGD para se obterem dados estatísticos que permitam à ADFA dispor de informação com que melhor possa fundamentar a suas propostas.

O Ministro da Defesa Nacional afirmou que está sensibilizado, e o governo não está indiferente às reclamações da ADFA, para a resolução dos nossos problemas e que a problemática das viúvas lhe merecem particular atenção.

A ADFA relembrou que as Recomendações aprovadas na 6ª Conferência, foram apresentadas em nome da ADFA, com total acordo de princípios com o governo, e que Dr. Fernando Nogueira foi eleito para presidir à Conferência, tendo por isso responsabilidades acrescidas nas resoluções aí tomadas.

Foi ainda abordado o problema do Subsídio de Risco dos paraquedistas, que receberam até Fevereiro de 1983, data em que esta compensação foi reduzida, por interpretação indevida do Estatuto de Aposentação, violando o Dec. Lei 43/76. Este problema pode ser resolvido com um simples Despacho que reponha aquela compensação.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E LAR MILITAR

A D.C. questionou o Ministro acerca das anomalias que se têm vindo a verificar nos hospitais militares, no que concerne ao atendimento dos deficientes militares, e à disponibilização de verbas para ajudas técnicas. Foi mesmo colocada a questão se a assistência médica não estaria a ser posta em causa, contrariando frontalmente o estipulado no dec. lei 43/76. Fernando Nogueira respondeu prontamente que a assistência médica e ajudas técnicas estarão sempre garantidas através dos serviços hospitalares militares. Informou ainda que tinha recebido, havia poucos dias, um relatório sobre a actividade dos hospitais militares, que estava a analisar, e que já estavam a ser tomadas medidas de forma a racionalizar os recursos e que as preocupações da D.C. estão a ser consideradas.

Durante a reunião foi entregue um memorando, sobre o Lar Militar, onde mais uma vez, a D.C. entendeu manifestar a suas preocupações, para uma rápida decisão por parte do Ministério da Defesa Nacional, para que aquela instituição fique directamente debaixo da sua alçada e para que a ADFA participe na sua gestão, e que a C.V.P. deixe de ficar ligada ao processo uma vez que, no entendimento da ADFA a filosofia que presidiu à criação do Lar não se coaduna com os princípios actuais de reabilitação e reinserção social que se pautam por uma cada vez maior participação dos próprios deficientes no processo reabilitacional.

GRADUAÇÕES

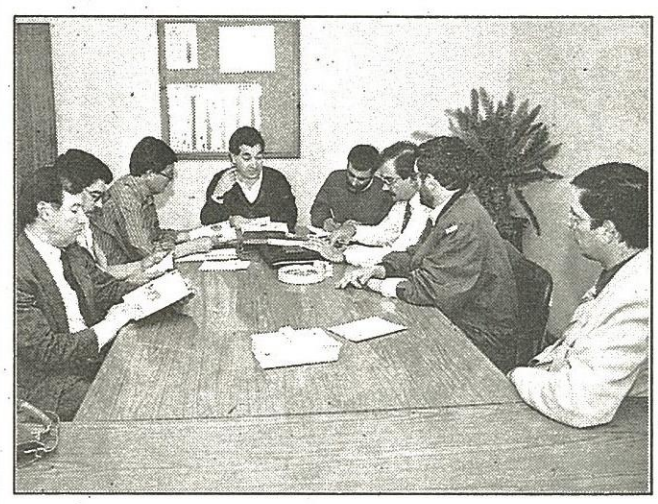
Sobre a problemática das graduações, que tem sido abordada nos orgãos de comunicação social, a ADFA referiu tratar-se de um problema bastante complexo e que o mesmo está a ser analisado com base na experiência e prática associativa de 20 anos.

Qualquer reivindicação de um deficiente de guerra merece sempre a atenção da ADFA, e embora mantendo como urgente as reivindicações de índole universal, nunca deixou de se debruçar sobre todas as questões específicas que se lhe colocam, quer se trate de uma ou de trinta pessoas. Temos, no entanto, consciência, de que esta situação se aplica a todos os DFA que optaram pela continuidade no serviço activo, e eles não foram 30, foram centenas, e, como lhe compete, a ADFA aqui está, e por isso existe, a defender os que forem os seus legítimos e justos direitos.

Todos os deficientes militares são membros de pleno direito desta sociedade, e devido ao seu sacrifício e à sua entrega e dedicação, ficaram perenemente marcados, os paraplégicos, os cegos, e os amputados de pernas e braços, transportam no seu corpo e consigo, grandes medalhas (cadeiras de rodas, bengalas e próteses), "condecorações" que exibirão pública e dolorosamente até ao fim da vida.

Como sempre, a filosofia da ADFA baseia-se no grande princípio, que se alicerça na verdade, de que estamos nesta associação, porque somos deficientes, e porque existe uma profunda prática de solidariedade activa entre todos.

Reunião entre a D.C. e os Órgãos Sociais da Delegação de Coimbra



Promover reuniões periódicas entre os órgãos sociais da Delegação, e entre estes e as estruturas nacionais da ADFA, foi um dos pontos do programa eleitoral apresentado aos associados nas últimas eleições.

Doze meses depois, já é tempo bastante para dizer com segurança, que no essencial se tem cumprido o programa. Indubitavelmente que a Delegação de Coimbra se tem desenvolvido também por força da adesão da Direcção Central a um ritmo bem superior ao de outros tempos, apesar das diferenças, em democracia, normais. E se diferenças subsistem, a verdade é que as mesmas decorrem da liberdade de opinião numa instituição onde a democracia deve fazer parte do quotidiano. As opiniões deverão ser discutidas, não devendo as mesmas ser motivo de exclusão de ideias. Os direitos dos associados, principalmente os mais desfavorecidos socialmente, são hoje uma preocupação séria, e a verdade é que as manchas de injustiça que ainda sujam a sociedade, não decorrem da revolução libertadora, mas antes do reiterado desrespeito de inúmeros valores constantes do programa dos capitães de Abril.

Daí que mereça a pena recordar aos desmemoriados da história, que serão vãs as suas tentativas de amaciar a negritude dos tempos da ditadura fascista.

Gerações de jovens, nunca esquecerão a guerra de opressão colonial a que foram conduzidos forçadamente, com o consequente cortejo de mortos e estropiados, na plenitude dos seus verdes anos.

Em 27 de Maio último realizou-se na Delegação de Coimbra um encontro entre a Direcção Central e todos os órgãos sociais da Delegação, estando presentes pela D.C. os associados, Arruda e Miranda, tendo sido discutidos assuntos associativos de âmbito nacional e local. Nesta reunião, foram explicados à D.C. os projectos da Delegação aos mais diversos níveis. Foi um contacto importante para a ADFA, entre pessoas responsáveis, em alguns pontos com ideias divergentes, mas foi uma discussão de mútuo respeito, prevalecendo o espírito tolerante em defesa da nossa associação.

Porém, tolerância não pode nem deve ser confundida com o esquecimento ou vacilação.

É que os ideais da nossa Associação, nascidos do 25 de Abril, vinte anos após a madrugada libertadora, continua a ter as suas raízes na seiva dos anseios da liberdade e de justiça social.

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

José Maia

Aveiras de Cima

Mini atletas em movimento

Na manhã de 2 de Julho, dezena e meia de atletas dos 2 escalões propostos, enfrentaram as ruas de Aveiras de Cima, numa manifestação, de jovialidade invulgar, que entusiasmou a população presente.

A noite anterior, de arraial, das festas do Mártir São Sebastião, festejos populares daquela localidade, em cujo programa aquela manifestação atlética se integrava, foi, seguramente, óbice a que mais desportistas de palmo e meio comparecessem na linha de partida. Mesmo assim correu-se, e animadamente! Ganhar, ganharam todos, porque todos participaram e deram cor, talvez até alguma raiva, ao desembaraçar das pernas.

No final da prova os prémios foram distribuídos pelos elementos da Comissão Instaladora do Núcleo e pelo Primeiro Secretário da Direcção Central, na oportunidade acompanhado por Almeida Santos, um sócio sempre disponível a acompanhar actividades da ADFA, tento sido atribuídos aos primeiros classificados de ambos os escalões um troféu, oferecido pelo Café Cinema de Aveiras de Cima. Os outros concorrentes, melhor classificados, receberam medalhas oferecidas pela nossa associação, os restantes receberam uma medalha comemorativa da inauguração da Nova Sede, a todos os participantes foi oferecido um galhardete da ADFA.

O núcleo contou para além da oferta dos troféus já mencionados, com o apoio a Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, com um donativo que suportou o pequeno almoço dos esforçados atletas; da GNR local, na segurança e coordenação do transito na área de corrida; e da Cruz Vermelha com a disponibilização de uma ambulância, precaução sempre eficaz, embora não tenha, felizmente, havido necessidade da sua actuação.

A Comissão instaladora do núcleo de Aveiras de Cima, dos Conselhos Alenquer, Azambuja e Cartaxo, agradece a todos, os apoios recebidos, incentiva estes futuros grandes Campeões a comparecer, mais uma vez, no ano que vem, na linha de partida.

Por outro lado, e por contacto efectuado pela Comissão Instaladora e pelo Sr. José Manuel Pratas, que exerceu funções de presidente na Junta de Freguesia daquela localidade, visitou a Sede Nacional, no dia 12 de Julho, o Dr. Pessoa e Costa, no que foi acompanhado pela Direcção Central.

O Dr. Pessoa e Costa, descendente do conhecido republicano Francisco Grandela, veio tomar conhecimento do interesse e actividades do Núcleo nas suas actuais instalações, Escola Primária edificada pelo seu bisavô, tendo garantido, pelos objectivos prosseguidos e dinâmicas a desenvolver, toda a disponibilidade e interesse da família, para que aquele património municipal continue afecto e se desenvolva ao serviço dos DFA.

IRS

Orçamento de Estado para 1995

Na sequência das diligências que têm vindo a ser efectuadas no sentido de alterar a tributação do IRS, a ADFA enviou à Assembleia da República uma síntese dos objectivos, após entrevista com o Prof. Dr. Correia de Jesus, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa. Sintetiza-se a seguir a posição adoptada:

Tributação antes de 1994

Os deficientes militares (designação lata para abranger todos os deficientes em consequência do serviço militar), até à entrada em vigor do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 1994, em sede de IRS tinham direito à dedução de 1.600 contos nos termos do artigo 51º do CIRS, à isenção de 30% do montante da pensão nos termos do artigo 44º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) e à isenção de 50% dos rendimentos da categoria A e B (para quem deles dispusesse) também nos termos deste último artigo.

Tributação actual

O OGE de 1994 (L 30-C/ de 28DEZ) veio baixar a dedução de 1.600 contos do artigo 51º do CIRS para 1.200 contos, com um adicional de 30% sempre que o reformado fosse deficiente com grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Por outro lado introduziu os limites de 2.200 contos e 1.240 contos respectivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 44º do EBF.

Por este facto, alguns deficientes militares viram agravada a sua tributação em IRS. Este agravamento incidiu sobretudo na classe de sargentos (os praças não atingem montantes tributáveis) e oficiais com grau de incapacidade inferior a 60%.

Esta situação veio provocar um grande descontentamento e receio nos deficientes militares por se afigurar claramente contra a expectativa que tem sido criada e que gradualmente se vinha implementando e que era de isentar completamente de IRS as pensões dos deficientes militares, dada a sua natureza moral e jurídica essencialmente indemnizatória.

Proposta de tributação

a) As pensões dos deficientes militares devem ser isentas de tributação de IRS,

- por terem natureza jurídica essencialmente indemnizatória, devendo acolher-se no princípio do artigo 13º do CIRS já que assim são consideradas quer pelo DL 43/76 de 20JAN quer pelo Estatuto da Aposentação (artigo 60% do DL 498/72 de 9DEZ)

- Acresce que este carácter indemnizatório, sempre reivindicado pelos deficientes militares, tem sido reconhecido pelo próprio Governo que inclusivamente votou favoravelmente duas recomendações que o propunham em duas Conferências Internacionais sobre Legislação de Antigos Combatentes (deficientes) - na Aústria em 1988 e em Lisboa, em 1994.

Também a não tributação em IRS dos deficientes militares é prosseguida, em geral, nos países da Europa e na maior parte dos países de todo o mundo, sendo um princípio defendido e implementado desde o "terminus" da 2ª Guerra Mundial pela Federação Mundial de Antigos Combatentes.

- Ainda no ano transacto foi formalmente reconhecido pelo Governo este carácter indemnizatório dos abono e prestação suplementar de Invalidez (artigo 10º e 11º do DL 43/76 de 20JAN).

b) No mínimo, pensa esta Associação que deve ser retirada a agravação de tributação que foi imposta aos deficientes militares em 1994, elevando-se os limites introduzidos quer no artigo 51º do CIRS onde se deverão manter os 1.600 contos anteriores, corrigidos da inflação quer na alínea a) do nº 1 do artigo 44º do EBF, sugerindo-se a dedução de 50% até ao limite do vencimento base do cargo de 1º Ministro (princípio adoptado no nº 4 do artigo 51º do CIRS) quer ainda na alínea b) do nº 1 do artigo 44º também no EBF para o qual se sugere o limite de 2.000 contos.

EDITORIAL

Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com o que leva vivido, já demonstrou à sociedade, e a si própria, que tem ideias formadas e profundamente fundamentadas na sua estratégia de actuação que assentam, a um tempo, nos seus objectivos de solidariedade constante, estatutáriamente definidos, e num aperfeiçoamento permanente das ideias jorrado do caudal das criticas, sempre e construtivamente criadoras de novos e dinâmicos horizontes.

Entendemos, assim, na prática e na discussão, a distinguir o útil do desnecessário, o essencial do acessório. Por tal, e por razões acrescidas da credibilidade e seriedade que nos granjeámos, temos vindo a defender, ante opinião pública e os poderes instituidos, os direitos dos mais necessitados e mais abandonados que, ao Serviço das Forças Armadas, deixaram, não importa em que lugar, parte do seu corpo ao serviço de uma causa que lhes disseram ser comum.

Defendemos, e defenderemos os mais legítimos e justos direitos daqueles que se tornaram deficientes na prestação do serviço militar e sendo, embora abrangente, a nossa causa, nunca deixamos nem relegamos para segundo plano qualquer questão mais especifica que diga respeito a um Universo mais restrito naqueles que entregaram o corpo ou a vida na defesa da missão militar que lhes foi confiada. Por mero exemplo, e por ser considerado injusto, a ADFA vem denunciando, como ilegal, o corte que, desde de 1983, não importa a quantos deficientes das Forças Armadas, do direito ao recebimento, por inteiro, do subsídio de risco pelos os pára-quedista.

Sempre tivemos capacidade de distinguir o mais prioritário do que o é menos, e continuaremos convictos que é menos urgente defender um estatuto óptimo para os que estão muito bem em oposição àqueles que ou não têm estatuto, ou se o têm, ele não lhes garante a subsistência mínima que a dignidade de viver lhes deve conferir. Esta Casa, defendendo todos os deficientes das Forças Armadas e as suas famílias, acha não dever chamar mais insistentemente à memória aqueles que estão perpetuamente recordados em detrimento dos abandonados porque permanentemente esquecidos.

A Direcção Central

Isenção de Propinas

Conselho de Reitores Reconsidera

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) alterou a sua decisão de 07/06/94, tendo deliberado recomendar às Universidades que concedam a isenção de propinas tal como se dispõe no DL 358/70 de 29 de Julho.

Esta deliberação foi tomada na reunião plenária do CRUP de 12 de Julho e vem na sequência de várias diligências que a ADFA encetou, rápidamente, junto de várias entidades, como o Ministério da Defesa Nacional, Educação, Assembleia da República, Provedoria de Justiça e do próprio CRUP, além de outros organismos.

Esta deliberação foi comunicada à ADFA por ofício de 18 de Julho do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Quer o Secretário de Estado da Defesa quer o do Ensino Superior manifestaram à ADFA o seu entendimento sobre a matéria, em tudo coincidente com o pensamento da nossa Associação.

A questão de saber se o DL 358/70 se encontrava em vigor levantou-se aquando da publicação da Lei das Propinas (L 20/92).

Foi então publicado um parecer da Procuradoria Geral da República que se pronunciou sobre a questão tendo concluído sem margem para dúvidas que o DL 358/70 se mantinha em vigor, dado que a isenção não assentava em motivos económicos mas sim em expresso reconhecimento moral e material que a Nação presta aos deficientes militares e antigos combatentes abrangidos por aquele diploma.

Com a saída da L 5/94 que reformula alguns artigos da L 20/92, o CRUP argumentando distorção no sistema de propinas, aproveitou a oportunidade, para mais uma vez por em causa este reconhecimento .

A ADFA sentiu este procedimento como um insulto e agiu de imediato para que fosse reposta a legalidade, dando origem à deliberação que hoje se torna pública.

Os sócios atingidos devem dirigir-se às Universidades para resolverem o seu caso

Um Concerto "Para Todos"

Texto de Patuleia Mendes

Nunca me tinha apercebido, nem aqueles que comigo costumam partilhar estas andanças de concertos, tinham dado por isso e possivelmente, ou precisamente por tal facto, o que estava a acontecer chamou a atenção de todos nós.

Finalmente, e porque o observávamos pela primeira vez, o acesso àquele tipo de grande espectáculo, estava previsto para que todos o pudessem viver.

A circunstância apelava à nossa atenção e o caso não era para menos! Nos concertos que os Pink Floyd deram em Lisboa, no estádio de futebol, em local que permitia boa visibilidade, encontrava-se instalado um estrado, na pista circundante à relva, num plano suficientemente elevado e com rampas de acesso, que iriam permitir, que os utilizadores de cadeiras de rodas pudessem, também eles, assistir ao espectáculo.

No princípio, por chegarmos cedo, pensámos ser local destinado à imprensa ou a qualquer tipo de entidades, mas cedo a nossa confusão foi desfeita. Elementos da segurança, propositadamente ali colocados, ajudavam a subir as rampas, um pouco íngremes, os deficientes da área vértebro medular, que ,no início do concerto, eram exactamente 13.

Afinal com um pouco de sensibilidade e atenção para todas as realidades que rodeiam a comunidade, até seguramente não era aquela, pouco mais de uma dezena de deficientes, que salvariam o êxito financeiro dos investidores, estava a ser dado direito a que com toda a dignidade eles pudessem, com os outros cerca de 60 000 espectadores, realizar mais do que um sonho: ter o seu momento de lazer, ver um conjunto musical que marcou a nossa juventude, usando o direito que lhes vinha sendo recusado, o de estar simultaneamente, com, e como todos.

«Água mole em pedra dura tanto dá até que fura!».

Não podem, portanto, os deficientes e as suas organizações adormecer e descurar o trabalho, sempre inacabado, da sensibilização da opinião pública, para que, nos seus mais ínfimos, como nos mais importantes pormenores, lhe seja reconhecida a mais legítima igualdade de oportunidades, para aceder a uma vida digna, na cultura e no lazer, tal como na educação, no trabalho e no desporto, em resumo ao reencontro com a plena integração social.

Elo de Junho

Atraso e possíveis incorrecções no seu envio

Uma arreliadora, inoportuna e irreparável avaria no disco do velho computador da contabilidade, onde, entre diversas informações, se armazenavam nomes e moradas de sócios, assinantes e entidades, a quem o Elo é mensalmente distribuído, levantaram-nos um problema insuperável, que obrigou ao atraso, de uma semana, no seu envio para o correio, com possibilidade de algumas incorrecções na sua distribuição.

Cumpre realçar o trabalho afanoso de todos os departamentos e gabinetes da Sede, na introdução imediata dos elementos desaparecidos, operação de introdução manual, já que as disquetes de segurança que existiam, dos programas perdidos, se encontravam em linguagem não compatível. Houve necessidade de passar as listagens, o que acarretou labores e dificuldades acrescidas.

Há, seguramente, associados, assinantes e entidades, porque no trabalho efectuado sobre pressão há seguramente incorrecções, a quem não chegou o Elo anterior. Solicitamos, assim, a todos, conjuntamente com as nossas desculpas, uma informação sobre incorrecções em nomes ou moradas ou até a não recepção do Jornal, directamente para os serviços do jornal Elo, na Sede.

Salienta-se porém que o nosso jornal, só foi enviado, como estatutariamente é obrigatório, aos associados no pleno gozo dos seus direitos, portanto com quotas em dia.

Esperamos, logo que, os novos e modernos equipamentos informáticos o permitam, que tal situação, uma vez remediada, obvie á correcta distribuição do jornal a todos os que, a ele têm direito.

Agradecemos a vossa compreensão e apoio possíveis

O Director do Elo

Sede Nacional Reunião de Sócios

A Direcção Central convida todos os sócios, da área da Sede, para uma reunião, realizar pelas 18.30h, no dia 20 de Setembro, para, como vendo sendo habitual, e com agenda aberta, falarmos e debatermos questões oportunas da nossa associação. Propomos, no entanto, como método, que a base de trabalho assente, prioritàriamente, nos seguintes pontos:

1- Informações de carácter geral, a prestar pela Direcção Central e pelos associados;

2- Ponto da situação sobre a adjudicação da exploração do bar, Restaurante e Self-Service da Sede Nacional;

3- Ponto da situação sobre a revisão estatutária .

Lisboa, 29 de Julho de 1994

A Direcção Central

Núcleo de Tomar

No dia 4 de Julho, às 18:00h, reuniu com elementos da DC, o associado Valente dos Santos, membro da Comissão Instaladora do Núcleo de Tomar, afim de se promover a resolução de problemas que, há tempo, arrastados, obstavam a uma correcta ligação institucional.

O representante do Núcleo expôs a sua preocupação sobre o entendimento, ao tempo conhecido, do Conselho de Reitores, sobre a isenção de propinas, reconhecida no dec. lei 358/70, tendo sido informado das diligências já promovidas pela DC.

Foram suprimidas divergências sobre a atribuição ao Núcleo de verbas, com referência às actividades dos anos de 1993/94, tendo aquele responsável do Núcleo sido sensibilizado para que as intervenções desportivas e institucionais se enquadrassem, mais objectivamente, no plano geral de actuação da ADFA.

No sentido do conhecimento, mais claro, de todas essas matérias e actividades, foi decidido convocar, uma reunião, para o dia 1 de Outubro, pelas 15:00h, a realizar, em princípio, nas instalações da Liga dos Combatentes, em Tomar, onde serão abordadas as seguintes questões:

1 - Definição do Estatuto dos Núcleos.

2 - Informações e assuntos de carácter geral.

Os sócios residentes na área do núcleo de Tomar (concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere, Torres Novas, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém), serão informados, pessoal e mais objectivamente, em comunicação a enviar durante o mês de Setembro.

APO 15 anos de esperança

A Associação Portuguesa de Ostomizados celebrou no passado dia 6 de Julho 15 anos de existência. Associação muito activa e participante nas reuniões do grupo de diálogo do SNR, dedica a sua intervenção ao apoio das pessoas que, por alteração cirúrgica da área intestinal, têm desvios na função anal, suportada, na generalidade, com o apoio de sacos para a retenção de fezes.

A efeméride, e simbolicamente, constou de uma sessão solene no salão Nobre da Sede da Cruz Vermelha Portuguesa, dado que foi esta instituição que, no momento da criação da APO, conseguiu, em sentimento solidário, criar-lhe condições para que se instalasse, embora precariamente, até à sua recente transferência, para a actual Sede.

Na cerimónia, para além do representante do Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa e do Secretário Nacional-adjunto de Reabilitação, encontravam-se os orgãos dirigentes da organização aniversariante, muitos Ostomizados, e representantes de diversas associações da área da deficiência.

A Direcção Central da ADFA, fez-se representar pelo seu primeiro-secretário, que teve oportunidade, durante o beberete que se seguiu à sessão solene, de trocar opiniões e de tomar conhecimento, com elementos da Direcção da APO, das verdadeiras realidades daquela área da deficiência.

A ADFA deseja as maiores das venturas à APO na prossecução do seu trabalho, tão profícuo e meritório, na defesa dos direitos e da reabilitação dos Ostomizados, para quem a integração social continua, quantas vezes, a constituir um degrau intransponível

Bar, Restaurante e Self-Service da Sede encerrados em Agosto

Encontram-se encerrados, durante todo o mês de Agosto, o bar, o restaurante e o self-service da Sede Nacional, em virtude do período de férias dos funcionários que, naquela área social, prestam serviço, e, dado que, a partir de final do mês de Julho, por resolução do contrato celebrado com a empresa Uniself, abandonar esta a respectiva exploração.

Terminado no dia 20 de Julho, conforme o Elo publicou, o prazo de recepção de propostas, a ser apreciadas, com o fim de ser tomada decisão sobre o futuro a dar àquela área, tão importante, da nossa vida social e associativa, encontram-se em fase de estudo as 17 candidaturas surgidas que, devido ao período generalizado de férias, durante o mês de Agosto, faz prever que o início do seu funcionamento, com a amplitude e qualidade que todos desejamos, tenha que ser retardado.

No entanto, a partir de um de 1 de Setembro, reabrirá o bar e somente o self-service, que prestará unicamente serviço de almoços, em actividade conduzida, unicamente, pelos funcionários da nossa associação.

Horário a praticar durante este período transitório, de 2ª a 6ª Feira:

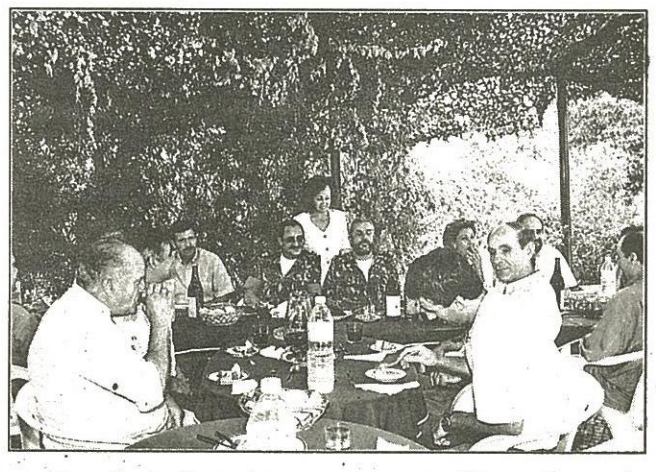
Self-Service, almoços das 12:15h ás 14:15h.

Bar, das 10:00h ás 18:00 (serviço ininterrupto)

Solicitamos a compreensão dos associados para este sistema provisório, mas esperamos que o período de reflexão, e estudo, para que o bar restaurante e self-service funcionem nas melhores condições, venham a compensar os inconvenientes agora causados.

Regimento de Comandos

Apresentação de cumprimentos



Através de demonstração de interesse e solicitação para tal por parte da ADFA, o Comandante do Regimento de Comandos recebeu cumprimentos da Direcção Central que na ocasião se encontrava acompanhada de alguns responsáveis e trabalhadores da Sede.

Aquele Regimento tem prestado diversificada e importante colaboração à ADFA de onde destacamos o recente alojamento dispensado ao grupo de jovens que procedeu à montagem da exposição "Guerra Colonial Uma História por Contar" que, por ocorrida na altura da comemoração do vigésimo aniversário da ADFA, proporcionou, neste encontro com o Sr. Tenente-Coronel Ventosa, lhe fossem oferecidas a Medalha e Brochura comemorativas da efeméride.

O Comandante do Regimento, acompanhado pelo Capitão António Neves, ali colocado, e, como é sabido, nosso associado e presidente do Conselho Fiscal Central, convidaram os elementos presentes da nossa associação para um almoço que decorreu dentro da maior cordialidade informalismo.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFS.: 7570422/0502/0583/0645/0702/0781 — FAX 7571319

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros.

● Assistência médica, psicossocial e jurídica ●

Clínica geral
Médico: Dr. Brito
2.ª Feira 13:00h
4.ª Feira 17:00h

Psiquiatria
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

Psicologia clínica
Dr.ª Fátima Cruz
2.ª Feira 14:00h às 18:00h
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

Serviço social
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: Dª. Josefa

Gabinete jurídico
Dr. António Carreiro
3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h
• c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefone)
Marcações: Dª. Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 9 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800$00
Fora da Europa: 2100$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300$00

FMAC - CPAA A Solidariedade da ADFA

Delegação da ADFA com o Ministro da Defesa (da esquerda para a direita), Presidente da CPAA e Embaixador angolano

Os deficientes militares africanos dos países francófonos estão em vias de ter um aumento das suas pensões, cristalizadas desde 1960.
O ministro francês dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra nomeou um grupo de trabalho interministrial com a finalidade de apresentar uma proposta ao Primeiro Ministro com vista a melhorar a situação das pensões dos deficientes militares dos países africanos de origem francesa.
Este foi o tema de maior relevo da reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Africanos, que teve lugar em Abidjan (Costa do Marfim) de 2 a 6 de Julho.

A ADFA tem vindo a desempenhar um importante papel de solidariedade com estes deficientes militares africanos, no seio da Federação Mundial, de molde a pressionar o Governo Francês a desbloquear o problema que já se arrasta desde 1960.

O primeiro evento que deu força aos africanos, foi a realização da 1ª Conferência dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A realização desta Conferência veio por na ordem do dia, a nível mundial, a discussão de problemas de partes antagónicas que os francófonos materializaram na questão da chamada "Cristalização das Pensões".

A partir daí, a ADFA empenhou-se em sensibilizar os responsáveis por esta questão para que a matéria fosse debatida, dado que a França sempre se vinha distanciando.

34 ANOS DEPOIS

A 6ª Conferência Internacional sobre Legislação e designadamente os seus trabalhos preparatórios vieram impulsionar uma série de acções em todo o mundo que levou o Governo Francês, finalmente e passados 34 anos sobre o artº 71º da Lei das Finanças para 1960, a comprometer-se a tomar medidas, em breve, que venham melhorar a situação material destes deficientes de guerra.

A comunicação oficial desta decisão foi publicada no jornal oficial (francês) de 23 de Junho passado.

6ª CONFERÊNCIA NA CPAA

A reunião da CPAA preocupou-se também com a implementação das recomendações da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (Lisboa, Março de 1994).

Sobre este tema, a que os participantes deram grande destaque, foi posto o acento tónico na necessidade de levar os governos a aprovar as medidas preconizadas, tendo inclusivamente sido sugerida, pela Nigéria, a realização de uma reunião com esta finalidade.

Num outro ponto de ordem de trabalhos a CPAA debruçou-se sobre o desenvolvimento da comunicação entre as associações africanas. A este nível discutiu-se a futura edição de um jornal entre associações, tendo o nosso jornal "ELO" servido como um exemplo a seguir.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS NA ONU

Ainda na sequência dos trabalhos da 6ª Conferência foi abordada a questão da alteração do documento "Princípios Fundamentais dos Direitos dos Antigos Combatentes" por forma a torná-lo numa Declaração de Direitos, universalmente aceite pela ONU. Esta intenção foi inteiramente subscrita pela CPAA.

Sobre esta matéria a delegação da ADFA à CPAA, a convite desta organização, constituída pelo Presidente da DC e presidente da CPAE, José Arruda e pelo Dr. António Carreiro, teve uma reunião com o "staff" da FMAC no sentido de se ultimar a constituição de uma Comissão de redacção que venha a submeter as alterações à próxima Assembleia Geral da FMAC, a realizar em Bordéus, em Dezembro deste ano.

Esta comissão, na qual a ADFA se inclui, reunirá uma vez, para conclusão dos trabalhos, durante o mês de Outubro, em data ainda a definir.

6ª CONFERÊNCIA EM LIVRO

A delegação da ADFA aproveitou também a oportunidade para dar continuidade à preparação de um livro sobre a 6ª Conferência Internacional sobre Legislação, definindo-se designadamente as matérias a constar, prevendo-se que venha a ser difundido no próximo ano, integrando as comemorações do 50º aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial.

ELEIÇÕES NA CPAA

A Comissão debateu ainda temas respeitantes a programas económicos e sociais e a relação de cooperação com as organizações intergovernamentais e não governamentais.

Por fim foram eleitos novos titulares dos orgãos da CPAA, tendo assumido a presidência o presidente da Associação Fraternal dos Antigos Combatentes da Costa do Marfim (AFACCI), Sr. Guy Ahizi Eliam, a quem desejamos o desenvolvimento de um trabalho profícuo em prol dos nossos camaradas africanos.

O Sr. Ahizi substitui no cargo o Alto Comissário dos Antigos Combatentes de Marrocos, Sr. Mohammed Benjelloun que colaborou largamente com a ADFA nos trabalhos da 6ª Conferência e impulsionou a participação da África na FMAC.

É de prever a sua candidatura à Vice-Presidência da Federação, pelo Continente Africano, na próxima Assembleia Geral dispondo de um largo apoio.

Foi agendada nova reunião para 1996, a organizar em princípio pela Associação do Gana e na sua capital - Akra.

PROGRAMA SOCIAL

A AFACCI brindou os participantes, 15 países africanos para além de outros convidados, com uma boa organização.

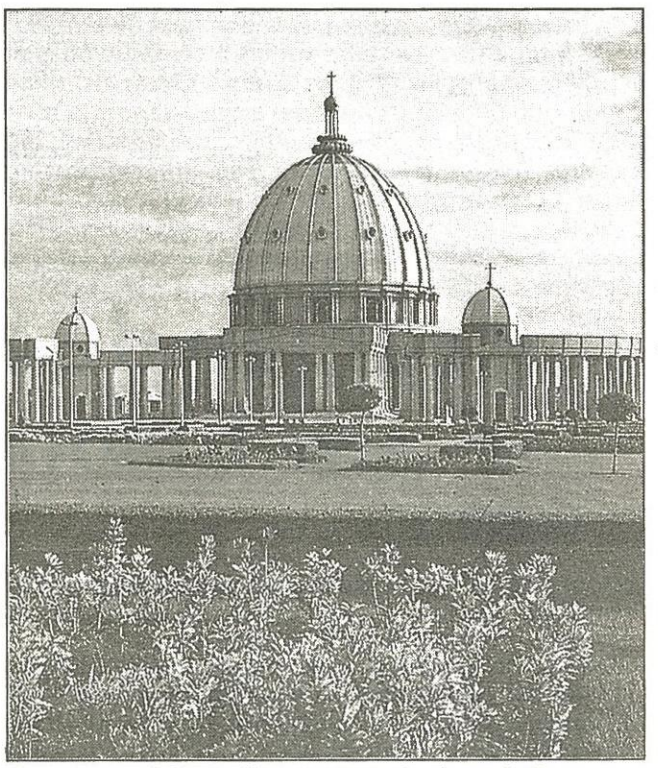
O Ministro da Defesa da Costa do Marfim presidiu à sessão solene de abertura e à Cerimónia aos Mortos que teve lugar no monumento aos mortos que se situa junto à Casa do Combatente, onde foi oferecido um almoço aos participantes.

A AFACCI ofereceu um jantar de boas vindas numa instituição militar e o Ministro da Defesa um "coktail" na Messe das Armadas.

O Ministro da Defesa convidou ainda alguns participantes, entre os quais a delegação da ADFA, para um almoço com comida tradicional e que teve lugar em sua casa.

Do programa constava ainda uma visita a Yamoussoukro, a segunda maior cidade da Costa do Marfim (a primeira é Abidjan), situada a 250 quilómetros da capital, onde o anterior presidente Houphouet Boigny erigiu a Basílica de Nossa Senhora da Paz.

Esta é uma obra polémica face à sua grandiosidade e luxo, mas pereceu-nos que, não obstante, os marfinenses dela se sentem orgulhosos.



Aspecto geral da Basilica de Nossa Senhora da Paz, em Yamoussoukro

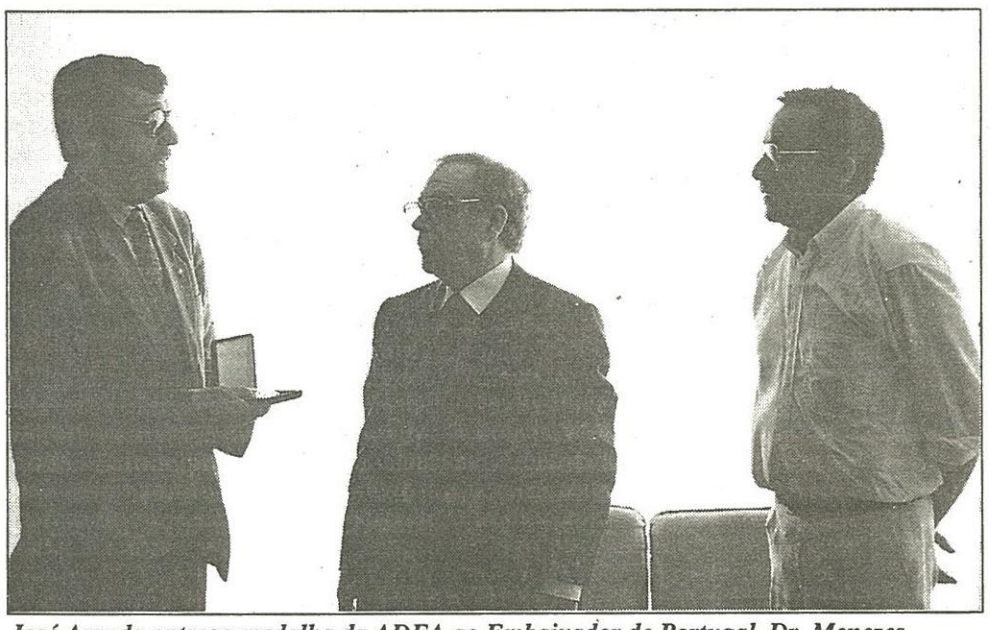
Aqui os participantes assistiram a uma missa especialmente celebrada para o efeito.

Como nota que reportamos de interesse os muçulmanos também estiveram presentes e, finda a missa, todos os participantes foram assistir às cerimónias muçulmanas, na mesquita da cidade.

CONTACTOS DA DELEGAÇÃO PORTUGUESA

A delegação portuguesa deslocou-se ainda à embaixada de Portugal tendo sido recebida pelo Sr. Embaixador Dr. Menezes Cordeiro e jantado com o 1º Secretário, Sr. Rui Branco, a convite deste.

Durante a reunião manteve também contactos estreitos com o Embaixador Angolano, já nosso amigo, desde Bad-Ischl (1988), Sr. Simeão Kafuxy e com a delegação Angolana.



José Arruda entrega medalha da ADFA ao Embaixador de Portugal, Dr. Menezes Cordeiro, na Costa do Marfim. Ao lado o 1º Secretário da Embaixada, Sr. Rui Branco

Aspecto da reunião convocada pela MAGN

Reunião de sócios no Porto

De acordo com o calendário estabelecido pelos Órgãos Sociais Centrais, realizou-se em 16 e 17 de Julho, nas instalações do CRPG, e da Delegação do Porto da ADFA, uma reunião de sócios que têm participado no processo de revisão estatutária.

Os objectivos da reunião englobavam a possível aproximação das diversas posições existentes, para simplificar, as alternativas a apresentar à Assembleia Geral Extraordinária, que culminará o processo de revisão.

A MAGN verifica que tais objectivos não foram totalmente conseguidos, porque surgiram (ainda) mais ideias novas que não tinham sido debatidas nas fases anteriores, o que impediu que a reunião de agora esgotasse a discussão, por falta de tempo.

De momento, continua válida a calendarização estabelecida pelos Órgãos Sociais Centrais, prevendo um Conselho Nacional para a segunda metade de Setembro, para análise final da matéria, antes da Assembleia Geral Extraordinária prevista para Outubro.

Pel'A MAGN
Alberto M. Brum da Costa

Posição da Direcção da Delegação do Porto

O III Congresso realizado em Janeiro de 1989, aprovou uma conclusão no sentido de se proceder à revisão estatutária até à Assembleia Geral Nacional Ordinária a realizar em 1990.

Propunha que se aligeirasse a estrutura do Conselho Nacional e se encontrasse outro estatuto para a Direcção Central, revendo a implantação regional.

Tais conclusões resultavam de proposta apresentada pelo sócio Patuleia Mendes, que apontava para a dessincronia entre as diversas delegações.

Referia ainda que os órgãos regionais eram por vezes inoperantes ou traçavam em cada Delegação linhas de orientação divergentes das dimanadas pelos Órgãos Nacionais.

Apontava também para o redimensionamento das Delegações e dos Órgãos que as compõem com vista a um critério uniforme de orientação a nível nacional, para evitar que os Órgãos regionais adoptassem critérios de gestão administrativa desinserida da linha traçada pelos Órgãos Centrais.

Aconselhava que houvesse coragem em definir o que são Delegações inseridas numa implantação da ADFA a nível nacional. No entanto, reconhecia a dificuldade da DC em ocorrer a todas as iniciativas locais, sem recusar as mesmas, antes reconhecendo a necessidade de incentivá-las e promovê-las, pelo que julgava ser necessária uma revisão estatutária que reconhecesse a intervenção activa das estruturas locais.

Reconhecia que a gestão da Delegação de Lisboa deveria ser autonomizada, e que a estrutura do Conselho Nacional deveria ser aligeirada encontrando-se uma composição de intervenção mais activa na definição das linhas orientadoras da política associativa, verdadeiramente democrática e dinâmica.

A MAGN, no sentido de dinamizar o processo, solicitou em Outubro de 1989 a todos os Órgãos Centrais e locais que se pronunciassem relativamente a que áreas deveria incidir a revisão estatutária. Solicitou, ainda, sugestões para a elaboração de um documento base a discutir nas Delegações e, com base nas críticas apresentadas, a ser apreciado no CN. Pedia resposta até ao fim de Novembro de 1989.

Em Agosto de 1990 lamentava-se a MAGN da pouca colaboração recebida, mas informava que iria dar andamento à dinamização do processo aproveitando as sugestões até aí apresentadas. Logo em Dezembro de 1989 a Direcção da Delegação do Porto referenciava alguns pontos que entendia serem de considerar. A saber:

Democraticidade da ADFA passando pela:

— Institucionalização do referendo;

— Não participação de trabalhadores nos Órgãos Sociais;

— Institucionalização de Orgãos Nacionais, Regionais e Locais;

— Definição de autonomias patrimoniais e administrativas;

— Novos sócios.

Não seria difícil, em Dezembro de 1989, apresentar, desde logo, um projecto de alteração de estatutos ou projecto de novos estatutos devidamente elaborados, como posteriormente outros fizeram.

A Direcção da Delegação do Porto não o fez, por duas ordens de razões.

Primeiro, porque queria colaborar com a MAGN relativamente ao seu pedido.

Segundo, porque entendia que qualquer discussão credível só seria levada a bom porto com o levantamento de problemas, apresentação de hipóteses e escolha de sugestões, o que deveria ser feito em discussão alargada das bases com vista à definição de uma política ou estratégia de alteração das normas existentes.

Pelos vistos tal filosofia não foi seguida e qual é a realidade, passados que são cinco anos:

— Existência de três propostas acabadas mas antagónicas de estatutos;

— Existência de vários documentos avulso propondo alterações pontuais;

— Dificuldade, senão mesmo impossibilidade, em reunir tais propostas e documentos num documento base consen-

(Continua na pág. 7)

Revisão Estatutária

Entendido pelo sócios de Lisboa ,que a Direcção Central deve assumir um papel activo e interveniente no processo de Revisão Estatutária, foram contactados alguns associados para, sendo esse o desejo dos restantes Orgãos Sociais Centrais, poder vir a constituir-se uma Comissão de consenso e redacção, composta pelos elementos subscritores de um trabalho já proposto, Patuleia Mendes, Lavouras Lopes, José Monteiro e Lopes Dias, a que se juntarão os sócios António Neves, Jorge Maurício e Bento Raimundo.

Reunião de Sócios em Lisboa

Texto de Armindo Roque
Fotos de Farinho Lopes

No dia 18 de Julho, às 18:30h, na sala da Biblioteca da Sede, realizou-se mais uma reunião da Direcção Central da ADFA (D.C.) com os sócios da região de Lisboa, a que compareceram cerca de 15 associados.
O encontro debruçou-se essencialmente sobre a problemática legislativa, que trás preocupados muitos associados, sobretudo aqueles que não são abrangidos por nenhuma legislação, mas também aqueles que estão a ser vítimas da actual onda de despedimentos e que repentinamente se vêm confrontados com múltiplos problemas, nomeadamente a opção pela pensão de invalidez ou pela reforma.
A revisão estatutária foi também motivo de grande interesse, pois a ADFA encontra-se, passados vinte anos, num outro ciclo da sua vida, para a qual se torna premente o equacionamento de mecanismos de actuação que lhes estejam conformes. A questão mais debatida foi a da criação ou não de regiões, tendo-se os associados presentes pronunciado contra.

No primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, Informações, a DC informou que, na audiência com o SEDN, foram discutidos assuntos muito importantes sobretudo para as sócias e sócios que se encontram em maiores dificuldades, e que são neste momento prioritários para a D.C., desta forma, a problemática de cerca de 250 associados que não estão abrangidos por qualquer legislação, está no topo das preocupações. Na reunião com o SEDN este assunto foi debatido e foi informado que dos hospitais dos três ramos da F.A., houve um que já deu um parecer positivo.

Um outro problema analisado foi o das viúvas dos sócios que tinham uma deficiência com uma desvalorização inferior a 30%.

Sobre a problemática da acumulação de pensões estão a ser efectuados estudos, e nesse sentido foram pedidos dados estatísticos à CGD, para se poder avaliar os custos que isso trará, de forma a que a D.C. possa ficar dotada de informação que lhe permita concretizar com base mais segura as suas reivindicações.

Foi também dada informação sobre a escandalosa posição do Conselho dos Reitores de que se fala mais aprofundadamente noutro local.

ATENDIMENTO NO HMP

No que concerne ao problema do atendimento dos DFA no HMP, foi informado que se efectuou uma reunião com o Director do HMP, e que se decidiu realizar um Seminário sobre esta matéria.

Ainda sobre o problema das próteses e órtoteses foram dadas directivas pela direcção do HMP para que esses problemas fossem desbloqueados.

GRADUAÇÕES

A propósito das reivindicações dos oficiais condecorados, graduados com postos elevados mas com regalias de capitães, que são DFA, a D.C. informou que já foram efectuados contactos com alguns deles, pois considera que esse é também um problema da sua competência, tal como qualquer problema que diga respeito aos DFA.

LAR MILITAR

No seguimento da reunião do Grupo "2+4" foi decidido incrementar um estudo para analisar a situação do Lar Militar.

Foi ainda dada informação sobre uma reunião com o deputado Correia de Jesus da Comissão Parlamentar de Defesa de que se fala noutro local.

A D.C. informou também que problema dos paraquedistas continua complicado mas em vias de resolução.

BAIXAS POR DOENÇA

Sobre a questão de os DFA não terem direito a remuneração quando se encontram com baixa, foi já feita uma exposição ao Ministério do Emprego e Segurança Social, tendo como base que as pensões dos DFA têm um carácter indemnizatório e por isso não poderão ter o mesmo tratamento que as do regime geral.

ESCALÕES

O problema dos escalões foi vivamente debatido, tendo sido a polémica centrada em se é uma mera formalidade legal ou se é uma questão política, mais concretamente um problema de verbas.

Foi consensualmente aceite, após o debate sobre este tema, que será mais justo e provavelmente mais negociável, o exigir a progressão nos escalões de harmonia com passagem idêntica dos militares que se mantêm no activo, do que reivindicar o direito ao último escalão do posto no momento do abandono das fileiras, acompanhando assim os vencimentos dos militares no activo, como prevê o dec.lei 43/74

A D.C. considerou que a progressão nos escalões depois de abandonar a carreira, sem ultrapassar quem está à "direita", seria um solução correcta e considerou existirem mais dificuldades em ultrapassar este problema por uma questão de direito do que por uma questão de verbas.

Foram propostas, por alguns sócios, soluções que apontavam no sentido de que os DFA deveriam auferir dos escalões mais altos dentro da categoria e para isso deveria ser considerado que prestaram serviço equivalente a 36 anos.

ACUMULAÇÕES

Um dos associados presentes que trabalhava nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, -que dispensou recentemente 600 trabalhadores-, referiu que teve de prescindir da sua pensão de invalidez em serviço e optar pela reforma. A D.C. considerou isto uma injustiça e uma indignidade, pois se o tempo da prestação do Serviço Militar não é tido em conta para o apuramento do tempo para a reforma, é porque se reconhece que se tem o direito à pensão de invalidez pela prestação do serviço militar, e é isso que a ADFA está a reivindicar.

Esta é aliás a segunda prioridade da ADFA neste momento, com base na nossa palavra de ordem: Direito ao Trabalho, Direito à Reforma.

A D.C. informou ainda que este sócio como tem 80% de incapacidade, está considerado equivalente a grande DFA, uma vez que se conseguiu sensibilizar o governo para os casos considerados em serviço, desde que sejam grandes DFA, para tenham o mesmo tratamento quer o acidente tenha ocorrido em Leiria ou em Nambuangongo. Persiste no entanto um grande problema que é o de equiparar os acidentes directamente em combate, com os que o não foram, ou seja, o que levou o tiro frente a frente com o inimigo, com o que pisou uma mina.

INVESTIGAÇÃO

Sobre o projecto para a criação de uma Equipa de Estudos de Documentação, elaborado pelo Grupo que estuda as formas de tratamento dos deficientes, foi informado que o mesmo já tinha sido aprovado pelo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional.

(Continua na pág. 7)

Projecto "2 + 4"

Consultas de Urologia

No prosseguimento dos contactos com o Dr. Paulo Vale, médico Urologista, foi acordado em reunião da Direcção Central, realizada no dia 26 de Julho, em que estiveram presentes aquele especialista e Guedes da Fonte, em representação do Projecto "2 + 4", foi acordado o seguinte:

1º - Iniciar as consultas de urologia no dia 3 de Outubro próximo.

2º - Em princípio as consultas realizam-se quinzenalmente, às 18:00h, de 2ª feira.

3º - As consultas funcionarão no âmbito da ADM e destinam-se exclusivamente aos sócios paraplégicos e tetraplégicos, para cuja marcação deverão contactar o Departamento de Reabilitação, na Sede.

Oportunamente serão dados mais pormenores sobre o assunto.

Delegação do Porto Consultas de próteses no Hospital Militar do Porto

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar Regional N.º 1 do Porto, até ao final do ano em curso, são nas seguintes datas:

— AGOSTO, DIA 31
— SET. DIAS 14 E 28
— OUT. DIAS 12 E 26
— NOV. DIAS 09 E 30
— DEZ. DIA 14

As consultas efectuam-se nas manhãs dos dias acima indicados, bastando que os sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam à entrega do cartão de Deficiente Militar no respectivo serviço.

Férias em Agosto no Porto

Devido ao habitual período de férias em Agosto, os serviços estarão reduzidos nesse mês, funcionando apenas a Secretaria, no horário habitual, para assuntos urgentes/inadiáveis, para que se pede a melhor compreensão dos sócios.

Sócios falecidos

Octávio da Conceição Silva, sócio nº 9496, com 52 anos, faleceu no dia 1/7/94, por motivos de doença pulmonar.

Adquiriu a deficiência em Moçambique, com 30% de incapacidade.

Residia em Aveiro, deixa viúva a Sra. Glória Maria da Conceição Borges Silva.

Joaquim Delfim das Neves Oliveira, sócio nº 3063 de 46 anos, faleceu no 21/7/93.

Adquiriu a deficiência na Guiné, com 25% de incapacidade.

Residia em Gondomar, deixa dois filhos orfãos e viúva a Sra. Felizarda Soares Pinto.

Virgílio Luís Pinheiro Brilha, sócio nº 4248, com 48 anos, faleceu no dia 22 de Abril, em Espanha.

Adquiriu a deficiência na Guiné, com 28,75% de incapacidade

Residia em Lisboa, deixa viúva a Sra. Maria de Lurdes da S. P. Brilha.

Hahomed Salim Jussub, sócio nº 7338 de 45 anos faleceu no dia 30/6/94.

Adquiriu a deficiência em Moçambique, com 62,87% de incapacidade.

Residente em Lisboa, deixa viúva a Sra. Fátima Abdul Latif Salim Jussub.

Mariana Augusta da Mata, sócia nº 11327 de 68 anos, faleceu no dia 12/7/93.

Residia em Évora.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

Comité da Comunidade Europeia de Desporto para as Pessoas Deficientes

A 19 de Novembro de 1993 foi assinado pelos representantes dos Organismos Desportivos de desporto para deficientes dos Estados Membros da União Europeia, a Convenção que criou o Comité da Comunidade Europeia de Desporto para as Pessoas Deficientes.

Portugal encontrou-se representado por 2 membros da Direcção da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes que é o Comité Nacional, e representa Portugal e o desporto para deficientes no Comité Europeu.

Esta iniciativa da Direcção Geral V — Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais, e da Direcção Geral X — Audiovisual, Informação, Comunicação e Cultura, iniciou-se em 1991 tendo lugar a primeira reunião em Junho.

O Comité Europeu provisório elaborou e aprovou:

Directrizes para o Comité Europeu

Directrizes para os Comités Nacionais

Critérios, procedimentos e formulários para os pedidos de subvenção.

Processo de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Comité Europeu.

Regulamento do funcionamento do Comité Europeu.

A Federação irá ter o apoio do Secretariado Nacional de Reabilitação — SNR para a edição de uma brochura informativa em português para uma ampla divulgação nacional.

Encontra-se nas iniciativas do Comité Europeu e dos Comités Nacionais a colaboração na recolha de dados para o HANDYNET — Banco Europeu de Dados sobre Organismos Desportivos, actividades desenvolvidas, ajudas técnicas e dispositivos de compensação para o desporto e os respectivos fabricantes e sua comercialização.

Em Setembro, a Federação enviará os formulários para o HANDYNET.

Berlim, 22 de Julho a 1 de Agosto

Campeonato Mundial de Atletismo 94

A Direcção da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes informou que estão a decorrer os Campeonatos Mundiais de Atletismo em Berlim nos quais Portugal participa:

Dia 22 de Julho no Estádio Olímpico de Berlim com a presença do Presidente da República da Alemanha; Pres. do IPC — Comité Paralímpico Internacional, Pres. da Federação Alemã de Desporto para Deficientes e Representantes do Governo e Cidade de Berlim, efectuou-se a Cerimónia de Abertura onde participaram 60 países.

5.1 — Maiores Delegações:

Espanha:	99 Atletas
E.U.A.:	97 Atletas
Grã-Bretanha:	75 Atletas
Alemanha:	78 Atletas

5.2 — Menores Delegações:

Cuba: 1 Atleta

Posição da Direcção do Porto

(Continuação da pág. 6)

sual e abrangente, para apresentar ao C.N. e à AGN.

Mais uma vez e agora, para vencer o impasse em que se caiu, temos a coragem de apresentar o nosso ponto de vista, já não só perante a MAGN, mas publicamente e dando a cara junto de todos os associados.

A nossa proposta, é que primeiramente sejam discutidos os problemas existentes ou que se entendem existir relativamente a:

— Objectivos
— Dimensão: Nacional; Regional e Local da ADFA
— Orgânica
— Autonomia: Externa e Interna
— Sócios

Depois de levantados os problemas na generalidade, poderia passar-se à definição e objectivação de critérios, com a consequente elaboração de um projecto ou projectos resultantes das discussões a nível associativo.

Resta-nos definir bem a nossa posição para desmontar especulações que sabemos estão a ser levantadas.

Somos por uma efectiva descentralização, sem desconhecer a realidade da ADFA.

Defendemos a manutenção de todas as Delegações existentes que representam uma real implantação da ADFA ao longo de 20 anos.

Queremos que estas Delegações sejam mais dinâmicas e interventivas, o que só poderá ser conseguido com a necessária autonomia.

Porto, 26 de Julho de 1993.

A Direcção da Delegação do Porto

Reunião de Sócios em Lisboa

(Continuação da pág. 6)

Referiu ainda que esta equipa irá dotar a ADFA de instrumentos de trabalho de uma importância fundamental para o prosseguimento das suas actividades e de apoio aos Orgãos Sociais.

REVISÃO ESTATUTÁRIA

A problemática da revisão estatutária e as informações dadas sobre os resultados havidos de uma reunião realizada no Porto, convocada pela MAGN, e que juntou sócios que colaboraram com apresentação de projectos para a mesma, foi muito participada.

A novidade principal surgiu com uma proposta para a criação de Regiões e da redução dos Orgãos Sociais de Delegação, o que motivou o impasse no avanço dos trabalhos. Parecendo assim, poder estar posta em causa a concretização do calendário para a ultimação da revisão, aprovado pelo Conselho Nacional de 16 de Outubro de 1993. Os sócios presentes entenderam que a Direcção Central deveria assumir, se assim os Orgãos Sociais Centrais o entenderem, um maior protagonismo na condução do processo.

A ideia surgida sobre a regionalização tem como objectivo permitir a descentralização da vida associativa.

Os associados presentes reagiram contra esta proposta, argumentando que isso não tem nada a ver com a descentralização, que pelo contrário, vem aumentar as burocracias e as hierarquias que é preciso vencer para se ir da base ao topo, ficando desta forma mais difícil a intervenção dos sócios, na vida da associação, caso não pertençam a orgãos.

Por outro lado, alguns sócios afirmaram que, num país tão pequeno como o nosso, não se justifica a existência de Regiões, tanto mais que os problemas não diferem assim tanto no território nacional, que necessitem de tratamento diferenciado.

Um dos associados considerou que a ADFA se encontra numa situação em que "nem o barco se faz ao mar, nem vai para terra, e desta forma acabará por se partir com a rebentação das ondas", porque há um ano e três meses que a discussão da revisão estatutária se encontrava parada e que se continua afinal num impasse.

Os sócios pronunciaram-se no sentido de que já se discutiu bastante, que já se gastou muito dinheiro em reuniões, e que se está na hora de avançar para projectos finais a serem aprovados na AGN, com os consensos que forem possíveis.

SNR
SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

Secretário Nacional da Reabilitação diz-nos...

Entrevista: Patuleia Mendes
Fotos: Farinho Lopes

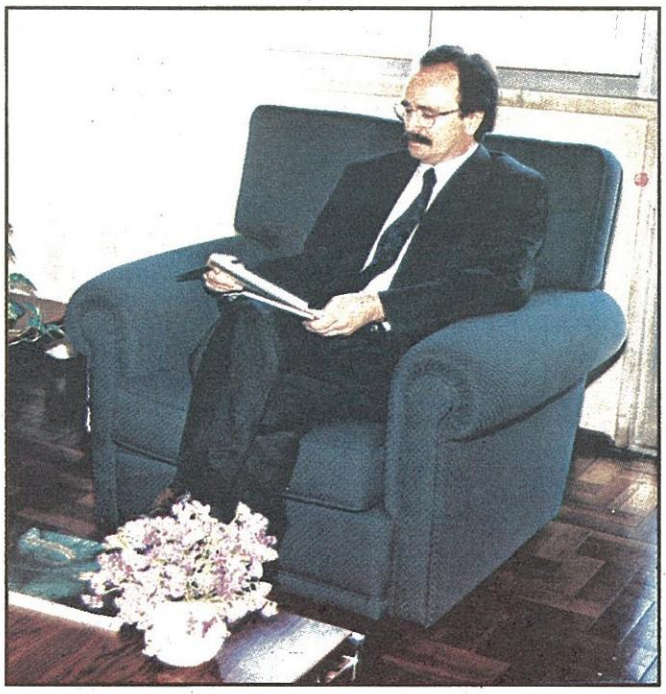
O Dr. António Charana acedeu, amàvelmente, a disponibilizar algum do seu precioso tempo para falarmos daquilo em que é, na realidade, especialista: a Reabilitação.
O Dr. Charana é figura bem conhecida quer das pessoas com deficiência, quer das suas organizações, devido ao tempo que já lhes vem dedicando, como Director Geral de Reabilitação e, a partir de há dois anos, como Secretário Nacional de Reabilitação, cargos que acumula, em simultâneo.
O Secretariado Nacional de Reabilitação foi criado pela lei 6/72 e, embora tenha funcionado, inicialmente, como Comissão Nacional de Reabilitação, na sua actual estrutura só iniciou o seu funcionamento em Agosto de 1977, mercê da dinâmica, muito em especial, da ADFA e da APD.

"ELO"- Qual a realidade do secretariado, hoje, 17 anos depois de ter iniciado todo o trabalho como cúpula da reabilitação em Portugal?

Secretário Nacional de Reabilitação - Em primeiro lugar, gostava de dizer que agradeço muito ao jornal ELO o ter-me abordado para fazer esta entrevista. Terei todo o prazer, e um gosto muito pessoal, em responder às questões que são colocadas por um orgão de uma Associação que para mim tem um mérito de ser uma organização que reconhece as dificuldades da reabilitação em Portugal tal como os passos decisivos e positivos que foram dados, estando sempre disponível para numa base de cooperação franca e aberta, desenvolver as possibilidades da integração das pessoas com deficiência.

No que respeita à realidade do Secretariado Nacional, de há 17 anos, e de agora, ela, no fundo, é o que menos importa como instituição, o que interessa é a realidade da reabilitação e da situação das pessoas com deficiência na sua vida quotidiana de à 17 anos e de agora. É evidente que, nesse aspecto ela é bem diferente! Eu quanto bem me lembro, e comecei a trabalhar na reabilitação mais directamente no Secretariado em 1980 digamos que já nestas matérias à 14 anos portanto quase tantos quantos os que tem o secretariado, reconheço que naquela altura existia um conjunto de dificuldades muitíssimo maior. Não havia tantos recursos afectos à satisfação das necessidades da população deficiente, tal como não havia por parte da Comunidade em geral uma sensibilização, como se verifica agora. É óbvio que foram dados passos muito positivos, conseguidas etapas fundamentais para a realização dos direitos para a pessoa com deficiência, fruto do trabalho que se tem vindo a desenvolver, a nível nacional, pelo Secretariado sobretudo pelas áreas sectoriais nomeadamente da saúde, da educação, da formação e da segurança social, mas também porque algumas Associações, por força de um grande dinamismo, têm sabido traduzir as preocupações fundamentais das pessoas com deficiência.

Nesta matéria, os passos que foram dados foram muito importantes, o que não significa que não tenham que continuar a ser dados outros ainda mais gigantescos, para se conseguir de facto uma equiparação de oportunidades e igualdades efectivas para as pessoas com deficiência. Muito foi feito, mas ainda há muito para fazer, e nós estamos disponíveis e empenhados, sobre o ponto de vista pessoal e institucional, para conseguir obter essas metas de integração o mais precoce e positivamente possível, entre as pessoas deficientes e as outras pessoas.



A realidade do Secretariado Nacional de Reabilitação, que é uma estrutura institucional, e muitas vezes não corresponde à realidade da sociedade em geral e assim não tem que ser . Penso que ela não é assim tão diferente, agora, do que era há 17 anos. É um orgão, que apesar das restruturações de fundo de que foi objecto, designadamente em 22 de Agosto de 1992, data da publicação da lei orgânica e ela foi aprovada pelo Conselho de Ministros anteriormente, penso que a realidade institucional não é uma realidade muito diferente, isto é, o Secretariado continua a ser um orgão com, bàsicamente, as mesmas atribuições, as mesmas competências, os mesmos orgãos, e os mesmos serviços. Ainda que tenham havido algumas alterações, em termos de organização, não há uma modificação profunda dos seus objectivos e das suas atribuições, a realidade institucional em termos orgânicos é ligeiramente diferente. No fundo, isto não é mentira e somos obrigados a fazer uma reflexão neste momento ao fim de 2 anos de eu aqui estar. É evidente que a tenho feito diàriamente, e penso que devemos de aprofundá-la em conjunto com os sectores departamentais e com as organizações da área da deficiência. Há, no entanto, uma mudança substancial produzida à 2 anos. que foi a criação do Conselho Cientifico da reabilitação e a reorganização do Conselho Nacional de Reabilitação. Por outro lado e também, fora do contexto da lei orgânica, foi criado um grupo institucional, o Grupo de Diálogo estrutura já, por mim, introduzida. Este Grupo foi criado para fazer face à reorganização do próprio Conselho Nacional de Reabilitação.

É evidente que, fora isto, a realidade do Secretariado Nacional de Reabilitação tem sido, no fundo, mantida nos seus objectivos fundamentais.

• O Director do "ELO" entrevista o Secretário Nacional de Reabilitação

"ELO" - O Sr. Dr. disse, e muito bem, que a política de reabilitação depende, e objectivamente, de diversos ministérios, do da Saúde, do Emprego e Segurança Social, do da Educação e do das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. O secretariado, inicialmente, dependia directamente do Sr. Primeiro Ministro mas, mais tarde, por alteração da sua lei orgânica, passa, a nível de equiparação, a uma Direcção Geral do Ministério do Emprego e Segurança Social. Corresponderá, assim, esta menor capacidade executiva a alguma inoperância que é por vezes acometida ao SNR? - Não deveria ter, talvez, uma ligação mais directa ao Conselho de Ministros, não ter correias de transmissão, e ter contacto mais objectivo com o próprio poder decisório?

SNR - Essa é uma questão que, como sabe, é sempre actual, e que tem sido analisada, ao longo de toda a vida do Secretariado. Penso que não é um problema que esteja directamente ligado com a própria Lei Orgânica do secretariado, porque a ultrapassa, no fundo, ela só organiza, no seu ponto de vista funcional, o próprio Secretariado. É uma questão supra Lei Orgânica porque, na sua primeira versão, o Secretariado era um orgão do Conselho de Ministros, mas por delegação de competências, ou por leis orgânicas dos Governos, ele foi sempre afecto ou ao Secretário da Presidência do Conselho ou até mesmo, ao próprio Ministro do Emprego ou ao Secretario de Estado da Segurança Social. Portanto, independentemente de estar na Lei Orgânica ou não, não é essa, para mim, a questão fundamental. A delegação de competências, muitas vezes, colocava o Secretariado num organismo, ou num orgão do poder político, que era, na altura, considerado adequado para o efeito. O facto daquela Lei dizer, expressamente, que o Secretariado é um orgão tutelado pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, a realidade é que ele não é uma direcção geral do ministério, mas sim um organismo tutelado pelo Ministro do Emprego e Segurança Social, o que é diferente. Por conseguinte, como organismo tutelado tem uma autonomia distinta das direcções gerais e não é, assim, uma simples direcção geral da administração central do ministério.

A questão do Secretariado não estar no conselho de Ministros, e a operacionalização do conceito de ser ou não um organismo supra departamental, já que ele tem que definir políticas sectoriais e no fundo políticas gerais para a reabilitação, é uma questão que deve ser reflectida com cuidado. Eu, o que posso dizer, é que quando entrei para o secretariado, ele já era um organismo tutelado pelo Ministério do Emprego, e não tive, enquanto Secretário Nacional, outra experiência, que não esta. Tenho tido da parte do Ministro do Emprego e da Segurança Social, tanto do anterior como deste, o maior apoio e empenhamento em fazer desenvolver a política de reabilitação e, também, da parte deles, a assunção de grande protagonismo na respectiva coordenação junto dos outros ministérios nomeadamente o da Educação e o da Saúde.

Penso que, em termos operacionais, o secretariado não perde a capacidade de intervenção por força de estar tutelado pelo ministério do Emprego e Segurança Social; por outro lado, pelo facto de aí estar, muitas vezes o secretariado é dotado de meios e recursos a que, se estivesse na presidência do Conselho de ministros, dificilmente teria acesso, por força de ser um ministério do Emprego que tem, por exemplo, a gestão dos fundos comunitários no âmbito do fundo Social Europeu o que lhe permite canalizar financiamentos e verbas para a reabilitação.

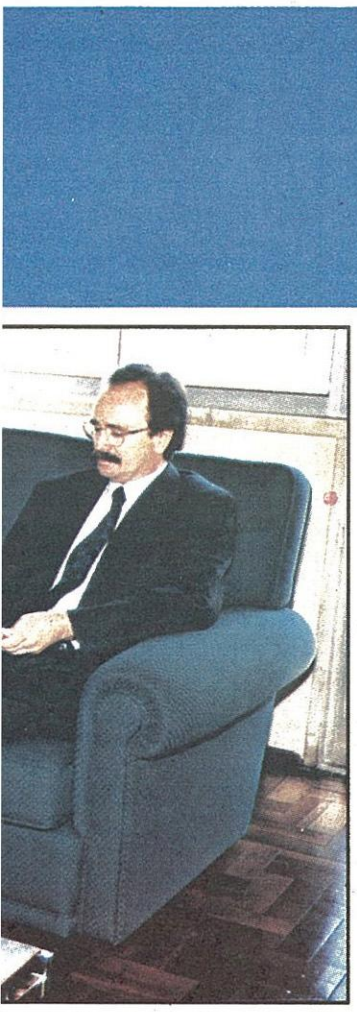
Penso que, em termos operacionais, o secretariado tem conseguido desempenhar o seu papel por inteiro e por inerência, estando tutelado pelo ministro do Emprego e Segurança Social.

Creio, assim, que não há perda de capacidade nem de operacionalidade.

"ELO" - A Lei Orgânica, como acabou de referir, foi aprovada à 2 anos. O que é que obstou a que, só em 30 de Junho findo, se tivesse reunido o Conselho Nacional Reabilitação?

SNR - A Lei Orgânica foi

tariado Nacional de Reabilit



ganização do Conselho Nacional de Reabilitação. Por outro lado e também, fora do contexto da lei orgânica, foi criado um grupo institucional, o Grupo de Diálogo estrutura já, por mim, introduzida. Este Grupo foi criado para fazer face à reorganização do próprio Conselho Nacional de Reabilitação.

É evidente que, fora isto, a realidade do Secretariado Nacional de Reabilitação tem sido, no fundo, mantida nos seus objectivos fundamentais.

Direcção Geral do Ministério do Emprego e Segurança Social. Corresponderá, assim, esta menor capacidade executiva a alguma inoperância que é por vezes acometida ao SNR? - Não deveria ter, talvez, uma ligação mais directa ao Conselho de Ministros, não ter correias de transmissão, e ter contacto mais objectivo com o próprio poder decisório?

SNR - Essa é uma questão que, como sabe, é sempre actual, e que tem sido analisada, ao longo de toda a vida do Secretariado. Penso que não é um problema que esteja directamente ligado com a própria Lei Orgânica do secretariado, porque a ultrapassa, no fundo, ela só organiza, no seu ponto de vista funcional, o próprio Secretariado. É uma questão supra Lei Orgânica porque, na sua primeira versão, o Secretariado era um orgão do Conselho de Ministros, mas por delegação de competências, ou por leis orgânicas dos Governos, ele foi sempre afecto ou ao Secretário da Presidência do Conselho ou até mesmo, ao próprio Ministro do Emprego ou ao Secretario de Estado da Segurança Social. Portanto, independentemente de estar na Lei Orgânica ou não, não é essa, para mim, a questão fundamental. A delegação de competências, muitas vezes, colocava o Secretariado num organismo, ou num orgão do poder político, que era, na altura, considerado adequado para o efeito. O facto daquela Lei dizer, expressamente, que o Secretariado é um orgão tutelado pelo Ministério do Emprego e Segurança Social, a realidade é que ele não é uma direcção geral do ministério, mas sim um organismo tutelado pelo Ministro do Emprego e Segurança Social, o que é diferente. Por conseguinte, como organismo tutelado tem uma autonomia distinta das direcções gerais e não é, assim, uma simples direcção geral da administração central do ministério.

A questão do Secretariado não estar no conselho de Ministros, e a operacionalização do conceito de ser ou não um organismo supra departamental, já que ele tem que definir políticas sectoriais e no fundo políticas gerais para a reabilitação, é uma questão que deve ser reflectida com cuidado. Eu, o que posso dizer, é que quando entrei para o secretariado, ele já era um organismo tutelado pelo Ministério do Emprego, e não tive, enquanto Secretário Nacional, outra experiência, que não esta. Tenho tido da parte do Ministro do Emprego e da Segurança Social, tanto do anterior como deste, o maior apoio e empenhamento em fazer desenvolver a política de reabilitação e, também, da parte deles, a assunção de grande protagonismo na respectiva coordenação junto dos outros ministérios nomeadamente o da Educação e o da Saúde.

Penso que, em termos operacionais, o secretariado não perde a capacidade de intervenção por força de estar tutelado pelo ministério do Emprego e Segurança Social; por outro lado, pelo facto de aí estar, muitas vezes o secretariado é dotado de meios e recursos a que, se estivesse na presidência do Conselho de ministros, dificilmente teria acesso, por força de ser um ministério do Emprego que tem, por exemplo, a gestão dos fundos comunitários no âmbito do fundo Social Europeu o que lhe permite canalizar financiamentos e verbas para a reabilitação.

Penso que, em termos operacionais, o secretariado tem conseguido desempenhar o seu papel por inteiro e por inerência, estando tutelado pelo ministro do Emprego e Segurança Social.

Creio, assim, que não há perda de capacidade nem de operacionalidade.

• O Director do "ELO" entrevista o Secretário Nacional de Reabilitação

"ELO" - O Sr. Dr. disse, e muito bem, que a política de reabilitação depende, e objectivamente, de diversos ministérios, do da Saúde, do Emprego e Segurança Social, do da Educação e do das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. O secretariado, inicialmente, dependia directamente do Sr. Primeiro Ministro mas, mais tarde, por alteração da sua lei orgânica, passa, a nível de equiparação, a uma

"ELO" - A Lei Orgânica, como acabou de referir, foi aprovada à 2 anos. O que é que obstou a que, só em 30 de Junho findo, se tivesse reunido o Conselho Nacional Reabilitação?

SNR - A Lei Orgânica foi publicada no dia 22 de Agosto de 1992, como se sabe, em período de férias. Começámos, logo que regressá- a encetar diligências a constituição do Conselho Nacional, mas verificou-se depois que havia na nela uma representação que faltava, a do ministério da Defesa, e havia outras que lá estavam cuja presença, em termos de importância, no próprio processo de reabilitação, não era muito pertinente, digamos assim. E houve posteriormente uma alteração da composição do próprio conselho após o que voltámos a ter que fazer a nomeação dos novos representantes tanto dos ministérios como das ONG da deficiência e dos outros organismos que estão a representar nomeadamente a união das IPSS e das Misericórdias, a UGT a CGTP, todos os orgãos e os parceiros sociais foram consultados para nomear os seus representantes.

Com um conjunto de representantes tão diverso e numeroso o processo tornou-se moroso, formal e burocrático demorando tempo do que o desejável. E, então, quando há alterações ministeriais, como foi o caso, acaba por ter que se reconfirmar a nomeação das pessoas que representam os ministros. Se o ministro muda, temos que lhe perguntar se o, anteriormente nomeado, continua ou não a ser o seu representante.

De maneira que eu não queria convocar o Conselho Nacional, primeiro sem a presença de todos os seus membros na plenitude dos seus direitos por outro lado que não tivessem presentes os confirmados representantes dos ministérios nucleares como é o caso do ministério do Emprego do da educação e do da Saúde que, como é sabido, foram os ministérios que foram objecto de uma remodelação intercalar obrigando a todo um processo, sobremaneira complexo, de nomeações para a composição final e total do conselho.

A reunião realizou-se, exactamente, no dia 30 de Junho, quando foi considerado que tínhamos os elementos dos ministérios preparados para a fazer. Como é óbvio, os representantes dos ministros tem se enteirar, no ministério, de assuntos tão vastos como estes tem que saber, quando vêm para a reunião, no fundo, o que é que se passa nos seus ministérios, para poder responder às questões e aprovar ou não as propostas que são feitas.

Temos, portanto, que ter reuniões do Conselho já com representantes que possam dar uma contribuição efectiva e real, e não meramente formal, e, por isso, a reunião no dia 30 foi, para nós o conseguir atingir os objectivos a que nos propúnhamos. Não penso que a importância e a dignidade das coisas seja maior pelo facto de haver muitas ou poucas reuniões do Conselho, o que é preciso é que as reuniões tratem os assuntos com eficácia e dignidade, que é o que nós pretendemos do Conselho Nacional de Reabilitação.

Continua pág. 10

publicada no dia 22 de Agosto de 1992, como se sabe, em período de férias. Começámos, logo que regressámos a encetar diligências para a constituição do Conselho Nacional, mas verificou-se depois que havia na mesa uma representação que faltava, a do ministério da Defesa, e havia outras que lá estavam cuja presença, em termos de importância, no próprio processo de reabilitação, não era muito pertinente, digamos assim. E houve posteriormente uma alteração da composição do próprio conselho após o que voltámos a ter que fazer a nomeação dos novos representantes tanto dos ministérios como das ONG da deficiência e dos outros organismos que estão a representar nomeadamente a união das IPSS e das Misericórdias, a UGT a CGTP, todos os orgãos e os parceiros sociais foram consultados para nomear os seus representantes.

Com um conjunto de representantes tão diverso e numeroso o processo tornou-se moroso, formal e burocrático demorando tempo do que o desejável. E, então, quando há alterações ministeriais, como foi o caso, acaba por ter que se reconfirmar a nomeação das pessoas que representam os ministros. Se o ministro muda, temos que lhe perguntar se o, anteriormente nomeado, continua ou não a ser o seu representante.

De maneira que eu não queria convocar o Conselho Nacional, primeiro sem a presença de todos os seus membros na plenitude dos seus direitos por outro lado que não tivessem presentes os confirmados representantes dos ministérios nucleares como é o caso do ministério do Emprego do da educação e do da Saúde que, como é sabido, foram os ministérios que foram objecto de uma remodelação intercalar obrigando a todo um processo, sobremaneira complexo, de nomeações para a composição final e total do conselho.

A reunião realizou-se, exactamente, no dia 30 de Junho, quando foi considerado que tínhamos os elementos dos ministérios preparados para a fazer. Como é óbvio, os representantes dos ministros tem se enteirar, no ministério, de assuntos tão vastos como estes tem que saber, quando vêm para a reunião, no fundo, o que é que se passa nos seus ministérios, para poder responder às questões e aprovar ou não as propostas que são feitas.

Temos, portanto, que ter reuniões do Conselho já com representantes que possam dar uma contribuição efectiva e real, e não meramente formal, e, por isso, a reunião no dia 30 foi, para nós o conseguir atingir os objectivos a que nos propúnhamos. Não penso que a importância e a dignidade das coisas seja maior pelo facto de haver muitas ou poucas reuniões do Conselho, o que é preciso é que as reuniões tratem os assuntos com eficácia e dignidade, que é o que nós pretendemos do Conselho Nacional de Reabilitação.

Continua pág. 10

Reunião do Conselho Nacional de Reabilitação

Na bela Quinta das Malvasias, no concelho de Loures, onde funciona o Centro Maria Cândida Cunha, realizou-se no dia 30 de Junho, pelas 14:30h, a reunião do Conselho Nacional de Reabilitação (CNR). A principal conclusão desta reunião foi a criação de uma Comissão Especializada do Sistema Educativo para analisar os graves problemas com que se debatem as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Organizações não Governamentais, no âmbito do Ensino às crianças deficientes.

A reunião começou com a tomada de posse dos representantes da CIP e da UGT.

Após esta cerimónia passou-se para uma sala solarenga, com chão em tijoleira, paredes grossas, portas e janelas em arco sobranceiras a um frondoso jardim, o sol entrava suavemente, e o ambiente era propício ao trabalho.

A reunião começou com a apresentação personalizada dos conselheiros, a que se seguiu a apresentação e distribuição do Projecto de Regulamento do Funcionamento do CNR, que será discutido na próxima reunião.

O Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. António Charana, presidente deste Conselho, propôs que os projectos fossem disponibilizados às ONG para maior transparência do processo, para que se evitasse duplicação de esforços e possibilitasse o trabalho em conjunto.

Propôs ainda que cada ministério enviasse o mais rapidamente possível os planos sectoriais, para serem distribuídos às organizações, de forma a que se possa elaborar o Plano Nacional.

António Charana fez depois uma explanação geral onde deu informações sobre diversos projectos que estão a ser desenvolvidos, o apoio ao movimento associativo dirigido às ONG, particularmente o financiamento disponibilizado pelos ministros do Emprego e Segurança Social e da Saúde para o sistema descentralizado das Ajudas Técnicas (próteses, ortóteses, e outros dispositivos de compensação), no montante de 430 mil contos . Falou também do projecto QUALI, que se destina a apoiar os deficientes em desespero de causa, através de uma linha telefónica; do projecto INFORMA, para desenvolver acções de informação e sensibilização; na área de informação Científica e Técnica, que engloba a revista "Integrar" e outras edições de documentação especializada, o projecto HANDYNET e o funcionamento do Centro de Documentação especializado em Reabilitação, que funciona na Quinta onde se estava a realizar a reunião; do projecto QUANTI que se propõe recolher, tratar e difundir informação relativa às pessoas com deficiência e o estudo estatístico da deficiência em Portugal.

• Pormenor do Conselho

O presidente do Conselho informou ainda que foram dispendidos 10 milhões de contos em formação profissional, que abrangeu mais de 9500 formandos.

António Charana deu especial ênfase à melhoria do atendimento das pessoas com deficiência e ao diálogo e apoio às ONG.

SISTEMAS SECTORIAIS

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, "Actividades dos Sistemas Sectoriais, nomeadamente saúde, educação, emprego e segurança social", começou por intervir a conselheira do Ministério da Saúde, que fez uma larga explanação sobre o organigrama deste organismo, mas pouco adiantou relativamente aos projectos na área da deficiência. O SNR propôs que fosse feita uma inventariação dos recursos de apoio na saúde, para que a partir daí se organizasse um roteiro. Acrescentou ainda que os conselheiros devem ter autonomia para se informarem sobre os planos regionais dos respectivos sectores.

A conselheira do Ministério da Defesa disse que a estrutura de apoio aos deficientes já se encontra a funcionar, se bem que ainda não completamente implementada. Informou do andamento dos trabalhos em curso sobre alteração legislativa, das resoluções aprovadas na 6ª Conferência Mundial, nomeadamente a isenção de serviço militar aos filhos dos deficientes, a Alteração do Estatuto do Lar Militar, e dos " cidadãos deficientes" que não estão abrangidos por nenhuma legislação, possam aceder aos serviços do Hospitais Militares.

A conselheira do Ministério das Obras Públicas pronunciou-se sobretudo no sentido da necessidade da sensibilização dos arquitectos, dos engenheiros e dos autarcas e apelou a que os restantes conselheiros a contactassem a fim de dar sugestões.

O representante do ministério da Justiça falou essencialmente sobre a problemática das barreiras arquitectónicas existentes nos próprios tribunais.

Em síntese, os diversos ministérios com assento no CNR tiveram uma posição um pouco apagada, exceptuando o da Defesa Nacional, demonstrando estarem ainda pouco informados sobre a matéria de reabilitação e e reintegração das pessoas deficientes.

• Toma de posse da Conselheira representante do Mess

António Charana propôs que os principais ministérios intervenientes nesta área enviassem até Julho os planos sectoriais, pronunciou-se ainda no sentido de que se tal não acontecer a própria existência do CNR fica comprometida na sua missão de elaborar o Plano Nacional de Reabilitação.

DEFINIR COMPETÊNCIAS

No seguimento dos trabalhos tornou-se notória a falta de articulação dos conselheiros dos principais ministérios, quando a conselheira da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), pediu que os Ministérios da Educação e do Emprego lhe dessem alguns esclarecimentos: para que definissem de uma vez por todas o que é educação e o que é integração; se todos têm ou não direito à educação gratuita; e qual é a faixa etária até à qual os deficientes podem ser considerados como sendo estudantes.

Lembramos a pertinência deste pedido de esclarecimentos, na medida em que há um grande vazio legislativo sobre esta matéria, que foi polémica aquando da discussão da Lei de Bases, mas que acabou por não ter uma solução, por esta razão só o CNR poderá ter competência para resolver estes problemas.

Neste momento não há vagas para as crianças nas (IPSS) e os pais arriscam-se a ter de pagar cerca 30 contos mensais para terem os seus filhos em centros especializados.

José Arruda nesta altura propôs que sobre a matéria se estabelecesse uma relação directa com o Grupo de Diálogo e apelou ao empenho pessoal do Secretário Nacional.

António Charana levou esta proposta para a frente, e o CNR resolveu criar uma Comissão Especializada para as questões do Sistema Educativo, coordenada pela conselheira do Ministério da Educação, e na qual será também integrada a conselheira da União das IPSS, e um representante a designar pelas ONG da Comissão Especializada da Educação, a funcionar no âmbito do Grupo Diálogo. O conselho deliberou que a Comissão proceda à análise do problema da gratuitidade da escolaridade obrigatória dos alunos com deficiência a frequentarem as valências educativas nas IPSS; o problema da colocação de docentes vinculados ao Ministério da Educação nas IPSS; os resultados da análise destes problemas deverão ser apresentados até ao final do mês de Julho.

José Arruda apresentou uma proposta no sentido de que a representatividade das ONG neste Concelho fosse alargada para mais quatro conselheiros, esta matéria ficou agendada para a próxima reunião do CNR.

Não houve oportunidade, devido ao adiantado da hora, de discutir os temas relativos ao 4º ponto da Ordem de Trabalhos, relativo aos Projectos do SNR, nomeadamente Projecto QUANTI - Inquérito Nacional à Deficiência e Plano Nacional de Acção para a Reabilitação até ao ano 2000.

A próxima reunião do CNR ficou marcada para o dia 29 de Setembro.

Secretário Nacional da Reabilitação diz-nos...

(Continuação pág 9)

"ELO"- Está a fazer-se, neste momento, por trabalho do SNR e do Instituto Nacional de Estatística, o primeiro levantamento, que me parece poder-se chamar-se sério, sobre quantos são os deficientes em Portugal, o projecto "QUANTI".

Já há alguma reflexo sobre a forma como as populações estão ao contacto com os interlocutores?

SNR - Queria manifestar, relativamente a esse projecto, que tem o meu empenhamento pessoal e uma estima muito grande, que ao longo de variadíssimos anos, sempre ouvi falar nesta questão dos censo dos deficientes, e sempre, também ouvi dizer das impossibilidades e das situações quase impraticáveis de se conseguir esse censo. A verdade é que com muita energia e também muita ousadia, nós desafiamos o Instituto Nacional de Estatística, para, com a promoção do Secretariado Nacional, fazermos um estudo com base científica, que não é um estudo de todos os casos, mas é um estudo por amostragem, muito importante, na tentativa de saber quantas são as pessoas com deficiência, como vivem, que tipo de necessidades mais sentem, e também o tipo de recursos que existem. É de facto um estudo feito numa base técnica muito profunda e que, tanto quanto eu sei, teve a adesão muito positiva da população, o inquérito, já concluído, foi respondido numa base muito alargada, e portanto há de facto uma grande adesão da população à resposta ao inquérito. Como é sabido estes elementos vão agora tratados informaticamente, vão ser feitos os apuramentos e só depois é que começamos a ter números concretos sobre a realidade da deficiência em Portugal. É evidente que eu não espero que estes números estejam disponíveis antes do final do ano, como está prometido tenho esperança que no dia 3 de Dezembro o SNR e o Instituto Nacional de Estatística consigam dar à luz a primeira amostragem e o primeiro estudo quantitativo e qualitativo das pessoas com deficiência.

"ELO - Poderão todas as associações de deficientes manusear esses dados, quer as das deficiências a nível específico, quer as de âmbito geral?

SNR - Os elementos que vão ser colhidos são muitíssimos vastos e que vão possibilitar uma série de apuramentos que, ao longo de vários anos, vão de ter que ser estudados. Estes dados vão numa primeira fase ser apurados em alguns items, que para nós são prioritários, mas o manancial de informação é de tal ordem que vai permitir os mais variadíssimos estudos e nesse aspecto eu considero que as ONG deverão ter ali uma matéria prima fundamental, por um lado para conhecer muitas vezes a realidade em que se movem, e também para conhecerem os recursos que já existem, as prestações e os serviços que disponíveis para as pessoas com deficiências e ainda com base nessas informações tirarem as suas conclusões. No fundo penso que este inquérito vem dar-nos uma base séria de trabalho, e para não estarmos todos nós escudados naquela demagogia simples de que são tantos milhões, são tantos por cento, que a OMS diz assim, a OMS diz assado. Neste momento estamos em condições de dizer que podemos começar a trabalhar com números palpáveis e reais, que não são de meras ficções.

"ELO" - Está programado na Lei Orgânica do SNR a criação do Conselho Científico. Quem o irá integrar, as organizações como, por exemplo, a ADFA poderão integrá-lo?

SNR - O Conselho Cientifico é um orgão que tem que ser construído numa base de grande tecnicidade, porque ou é um Conselho Científico e vai no fundo debruçar-se sobre as questões da investigação e reabilitação, ou então se é um Conselho meramente de opinião, não penso que tenha muito sentido. Por isso nós decidimos tentar fazer uma averiguação e também tomar o pulso às organizações que realmente se ocupam e se dedicam à investigação e reabilitação, para, de entre elas, estudar e propôr ao Sr. Ministro a composição do Conselho Cientifico da Reabilitação. Para tal lançámos dois programas, um deles o Programa Ciência Inovação e Tecnologia para com base em candidaturas, tentar verificar quem eram as entidades que se dedicavam à investigação em reabilitação, e um outro programa que é uma rede de Ciência, Inovação e Tecnologia, para saber que pólos, em termos de que Universidades, de que organizações não governamentais, que centros, que instituições, que têm de facto trabalhos meritórios e conhecimentos científicos nesta matéria. Estes dois programas estão em curso, tanto o programa CITE que acabará este ano, como a rede CITE, que continuará e que já está em vigor e penso que estão a ser começadas a reunirem-se condições e elementos que nos possam dar indicação de que tipo de organizações e de que tipo de entidades devem fazer parte do Conselho Científico. Não quereríamos estar a fazer um Conselho Cientifico para existir, para fazer de conta, nunca foi essa a minha intenção, nem nunca será minha postura, fazer os orgãos ou constituí-los ou para fazer de conta, não! Os orgãos existem para trabalhar e para serem eficientes e eficazes e o Conselho Cientifico terá que o ser nessa base, e eu penso que, até ao fim do ano, teremos indicadores bem fiáveis de quais os tipos de organizações, e quantas, é que pertencerão ao Conselho. A questão da ADFA, é evidente que ela é uma grande organização, que tem muitas acções directas, em termos até da formação e de outras áreas da reabilitação, na altura própria, com base nos indicadores disponíveis, e também com base numa análise muito criteriosa, contaremos concerteza com a ADFA para uma eventual parceira do Conselho Científico.

CONTINUAÇÃO DA ENTREVISTA NO PRÓXIMO NÚMERO

Pela sua extensão não foi possível transcrever nesta edição do nosso jornal toda a entrevista concedida pelo Secretário Nacional de Reabilitação. O apetite está criado! Na próxima edição do ELO serão abordadas as respostas dadas a temas mais objectivos e específicos do funcionamento do SNR, Plano Nacional de Reabilitação até ao Ano 2000 e o papel, quiçá mais protagonizado do Secretariado na Comunicação Social.

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

(de todas as marcas c/s caixa automática)

COM/SEM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

(novos e usados)

Trata toda a documentação

Sra. Carolina Veiga

Telemóvel 0931251715 — Fax 495 65 07

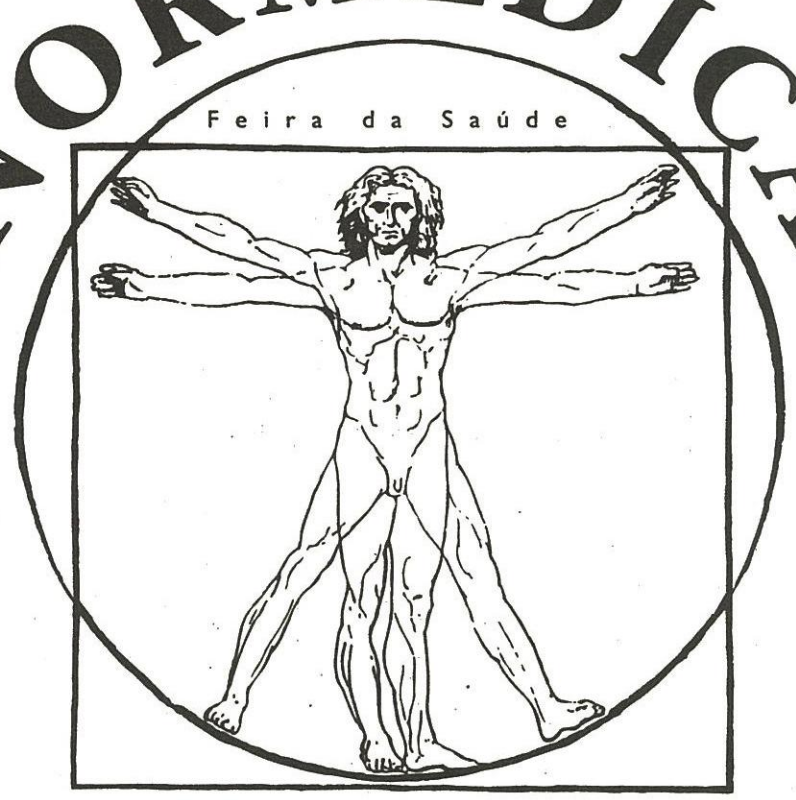
Consultas de Clínica Geral

O Serviço de Acção Social informa a todos os sócios da A.D.F.A. que, em virtude do Dr. Fernando Brito (Clínica Geral) usufruir das suas Férias entre Julho e Agosto, a sua última Consulta será a 13 de Julho e a sua primeira Consulta após as Férias será a 22 de Agosto.

O DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO

EXPONOR
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO

NORMÉDICA
Feira da Saúde



AJUTEC

Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiências.

6 A 9 DE OUTUBRO

REALIZAÇÕES EM DESTAQUE:
- FORUM INTERNACIONAL DE SAÚDE:
- REFORMAS MODELO DO SISTEMA DE SAÚDE
- SEGUROS DE SAÚDE - QUE ALTERNATIVA?
- PERSPECTIVAS DE FUTURO PARA O SECTOR PRIVADO DA SAÚDE EM PORTUGAL
- ÁREAS DE COLABORAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO
- SAÚDE, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Dias 6 e 7 das 10h00 às 20h00
Dia 8 das 15h00 às 23h00
Dia 9 das 15h00 às 20h00

Desejo receber mais informações sobre
NORMÉDICA ☐
AJUTEC ☐
Como expositor ☐
Como visitante ☐ Confirmar datas ☐
Nome / Empresa
Morada
País Tel. Fax

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE
ALIANÇA PARA A SAÚDE

DIVISÃO DE FEIRAS E CONGRESSOS
EXPONOR - FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO
4450 MATOSINHOS - PORTO - PORTUGAL
Tels.: (02) 9961495/6/7 - 9981400
Telex 28751 - Fax (02) 9957499

AIP - Divisão de Feiras e Congressos
EXPONOR - Feira Internacional do Porto
4450 Matosinhos - Porto - Portugal
Tels.: (02) 9961495/6/7 - 9981400 / Fax: (02) 9957499

Reconhecer e reparar as vítimas de guerra

«Viúvas e familiares à espera de justiça»

«Reconhecer e reparar as vítimas de guerra» é um espaço agora iniciado neste jornal, para dar voz aos que apesar de mais vinte anos decorridos sobre o fim da Guerra Colonial reclamam o reconhecimento e a reparação da Nação pelos danos físicos, psíquicos e morais sofridos.

São cidadãos que na sua maior parte, não têm acesso fácil aos grandes meios da Comunicação Social, nem às audiências dos grandes Foros e por isso, os seus problemas são simplesmente ignorados. Elegeram a ADFA, como porta-voz dos seus legítimos interesses e direitos e por tal motivo, aqui procuraria alertar as consequências para que se faça efectiva justiça.

Encontram-se nesta situação, as viúvas de muitos militares, alguns dos quais faleceram no teatro de guerra e de outros, que tendo regressado aos seus lares se foram debilitando em consequência dos traumas e das deficiências então adquiridas, acabando por sucumbir.

Os casos que a seguir apresentamos demonstram bem a realidade que não pode nem deve ser escondida.

VIUVA JOVEM COM TRÊS FILHOS NOS BRAÇOS

CLARRISE CARDOSO é uma mulher natural de Casal de Loivos, lugar das proximidades do Pinhão, lá no interior de Trás-os-Montes, que aos 29 anos de idade, viu morrer o seu marido no próprio dia em que o filho mais novo completava dezassete meses de idade.

— O jovem Agostinho Morais Cardoso, embarcou para Angola no final dos anos sessenta, tal como muitos outros milhares de jovens da sua idade.

— As suas funções militares fizeram aparecer uma doença que pouco a pouco, o foi minando até vir a falecer.

— Pouco tempo antes do seu falecimento escreveu uma carta bem elucidativa, dos sofrimentos por que passou e que a seguir se transcreve:

— «Comecei com ligeiras dores de costas mais sobre os rins. Estava em Canagamba (Angola) e fui ao médico que me deu vários tratamentos com medicamentos o que de nada me valiam, andei muito tempo em tratamento mas sempre a trabalhar e a dormir em colchão de encher a (sopro), (ar), o que mais posso dizer, que dormi várias vezes em cima de uns paus onde o colchão que se esvaziava várias vezes durante a noite e eu acordava todo partido; entretanto com os medicamentos que eu andava a tomar a urina começou a mudar de cor fui proposto a uma consulta a Luanda o que levou muito tempo a ser chamado e nunca fui mesmo; o que me valeu foi que vim a Luanda tirar um estágio de mecânica e no fim fui ao médico da Unidade que me mandou tirar uma análise à urina e só sei que quando veio o médico mandou-me logo baixar ao HMP de Luanda de urgência, aonde estive noventa dias em tratamento e observação e vim para Lisboa evacuado isto é mas antes fui lá a uma Junta Médica e depois cá fui tratado e voltei à Junta mas não me lembro da data, foi em Setembro de 1970 e vim para casa sem desvalorização nenhuma. Em 1975 voltei a requerer nova Junta porque não posso trabalhar, a infecção dos rins atacou-me o coração e tenho a tensão muito alta, fui novamente em 24-4-75 à Junta que me deu incapaz de todo o serviço militar e incapaz parcialmente para o trabalho com uma desvalorização de 80% e ainda não fui à Junta da Caixa Geral de Aposentaçõe s e nem sei quando vou porque fui à Unidade, e lá disseram-me que ainda demorava».

A doença que vitimou o Agostinho Cardoso, foi considerada como consequência das funções pelo mesmo desempenhadas e por isso, considerada como ocorrida em serviço. Ele tinha deixado a família, a terra natal, a agricultura, estava como tantos outros no teatro de operações, sujeito a todas as consequências e apesar disso, a doença não lhe foi reconheçida como em serviço de campanha. Assim, a mulher com quem veio a contrair matrimónio, os seus três filhos, quando veio a falecer em 1976, ficaram ao desamparo.

Clarrise Cardoso tem trabalhado ao longo de quase 20 anos para criar os seus três filhos. Está pois cansada e doente de tantos esforços e canseiras. No entanto ainda espera que lhe venha a ser reconhecido o direito para si para os seus filhos, a uma pensão preço de sangue.

VIÚVA E TRÊS FILHOS ORFÃOS NO DESAMPARO

Amândio Veloso era natural de Vila Boa de Gondariz, Arcos de Valdevez e tinha vinte e dois anos quando embarcou para a Guiné, com a especialidade de atirador, fazendo parte da Companhia de Art.ª 1743.

Quando conjuntamente com os outros camaradas procedia à reparação de uma ponte, foi vitimado pelo rebentamento de uma mina que lhe provocou ferimentos e traumatismos vários.

— Evacuado para o HMBissau e mais tarde, para HMP, veio a ser considerado DFA com a incapacidade de 32%.

Desde que tudo isto aconteceu não teve mais saúde e apesar da sua deficiência não ser muito acentuada, foi-se debilitando até acabar por falecer em 5 de Maio de 1993.

Como não tinha o mínimo de 60% de desvalorização e não há forma de provar que a causa directa da morte se relacionava com o acidente, a viúva e os seus três filhos, de 15, 13 e 10 anos um dos quais sofrando de problemas psíquicos, ficaram ao completo abandono, visto que não têm direito a pensão preço sangue, nem a qualquer tipo de assistência médica, medicamentosa ou social, por parte das Forças Armadas.

— Esta mulher e os seus filhos, ficaram sem qualquer rendimento para a satisfação das suas necessidades mais premente, ficando a viver da ajuda de alguns familiares e vizinhos.

O FUTURO DE UMA IRMÃ QUE APOIA PARAPLÉGICO

Américo Silva era um soldado com a especialidade de mecânico desempanador e fazia parte da Companhia de Caçadores 2938, aquartelado em Buba, na Guiné.

No dia 13 de Maio de 1966, quando procedia à reparação de um depósito de água, sofreu uma descarga eléctrica provocada por alguém menos experiente e que, inadvertidamente, accionou o gerador de corrente, provocando a queda do Américo de grande altitude.

Este jovem foi atirado para os hospitais e apesar de longo período de tratamento, acabou por ficar paralizado dos membros inferiores.

Solteiro, é a sua irmã Fernanda quem sempre lhe tem dado apoio nas grandes dificuldades com que luta no dia-a-dia, para fazer face aos condicionalismos da sua grande deficiência.

Porém a irmã Fernanda teve que abandonar o emprego para lhe prestar a ajuda de que tanto necessita.

Tal como tantos outros, o Américo esteve numa zona de guerra, de grande intensidade operacional, abandonou tudo e todos para partir para a África e o seu acidente à face da legislação, foi considerado como ocorrido em serviço e não em campanha.

Amanhã se o Américo vier a falecer, a irmã que deixou o seu emprego, e apesar de casada é o seu apoio quotidiano, não terá direito a qualquer pensão de preço de sangue, face à legislação actualmente em vigor.

Existem outras irmãs e mães por este país fora, que viram morrer ou regressar gravemente feridos, os seus entes queridos e a Nação delas se esqueceu, não lhes reconhecendo a reparação devida.

Texto: Abel Fortuna

Quem tem direito a pensão preço de sangue

O Dec.-Lei N.º 43/76 de 20 de Janeiro, no seu Art.º 16.º diz o seguinte:

«Será sempre concedida Pensão Preço de Sangue por morte dos DFA's que tenham percentagem de incapacidade igual ou superior a 60%, mesmo que a morte não tenha resultado da causa determinante da deficiência».

Este direito veio a ser concedido aos pensionistas com pensão de invalidez (deficientes em serviço), cujo grau de incapacidade atribuído pela CGA é igual ou superior a 70%.

Todas as outras situações estão definidas na alínea a) do N.º 1 do Art.º 2.º do Dec.-Lei 404/82 de Setembro, que refere o seguinte:

«Tem direito à Pensão Preço de Sangue o falecimento do militar ao serviço da nação, que tenha falecido por acidente ocorrido em ocasião de serviço em consequência do mesmo, ou quando a morte resulte de acidente ou doença adquiridas ou agravadas em virtude de serviço de campanha ou de serviço de manutenção da ordem pública».

Sempre que morre um deficiente militar que não esteja abrangido pelas disposições atrás referidas, as viúvas e os familiares perdem os direitos mais elementares como sejam as de assistência médica e medicamentosa. Tem conhecido situações caricatas, quando antes do falecimento os familiares têm marcações de consultas nos hospitais militares e inopinadamente, são-lhe cortados esses direitos.

DEGRADAÇÃO DAS PENSÕES DE PREÇO DE SANGUE

As Pensões de Preço de Sangue são calculadas com base no Dec.-Lei 404/82 de 24 de Set./82, no momento em que as mesmas são requeridas e, anualmente são indexadas do índice estabelecido para as actualizaçõ-es.

Assim, uma pensão de preço de sangue calculada acerca de dez anos é actualmente de cerca de 43 000$00, valor inferior ao actual salário mínimo nacional, sendo repartida pela viúva e pelos órfãos hábeis.

A pensão de preço de sangue para um militar com o mesmo posto, calculada actualmente é de cerca de 57 000$00.

Como se verifica, existem grandes discrepâncias entre os diversos valores das mesmas, sendo as mais antigas as mais prejudicadas.

Famílias atingidas pela guerra

De acordo com as estatísticas do EMGFA, os números dos que não voltaram sãos os seguintes:

— Mortos em Angola	3455
— Mortos em Moçambique	3136
— Mortos na Guiné	2240

Estes números que somente se referem aos militares falecidos, que foram referenciados, são o espelho do drama que se abateu sobre as famílias portuguesas no período conturbado das guerras coloniais.

Terá a Nação reconhecido e reparado tantos danos causados?

Os Deficientes em serviço

Entre as conquistas de Abril que se costumam enumerar pelas ocasiões comemorativas apontam-se a Democracia e o direito de Associação.

Sendo este direito sem dúvida uma das mais importantes conquistas trazidas pela revolução que acaba de fazer 20 anos.

Nós Deficientes Militares estamos este ano de 1994 a comemorar o vigésimo aniversário da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Pra estes festejos fez-se um pouco por todas as Delegações, comemorações sobre o 25 de Abril, penso que todos os sócios devem estar orgulhosos por estas iniciativas, que graças ao 25 de Abril temos uma Associação aonde nos podemos reunir e discutir os nossos problemas. Fez-se um colóquio sobre o associativismo em Lisboa no dia 13 de Maio que por sinal é feito na véspera do vigésimo aniversário da ADFA. E no dia 14 de Maio um almoço comemorativo do aniversário.

Quanto a estas iniciativas penso que são sempre importantes porque mais ou menos faz com que os sócios falem da nossa Associação.

Há quem diga que se olharmos para trás desde o início da A.D.F.A., devemo-nos sentir orgulhosos pelo que foi feito em prol dos Deficientes Militares.

Eu como Deficiente Militar, em serviço, considero que não, tendo em conta que o meu poder de compra, diminui, porque o aumento da pensão não acompanhou a inflação durante estes anos.

Mas voltando ao assunto dos deficientes militares em serviço, sendo sócio da Delegação do Porto. Esta Delegação tem feito reuniões descentralizadas, como é do conhecimento dos sócios, eu tenho participado em algumas destas reuniões. Nestas que eu tenho assistido, sempre se fala nos camaradas em serviço, alguns sócios estão mesmo desiludidos com a Associação, que nada se tem feito em prol deste grupo de sócios.

Por tudo isto eu penso que os Deficientes Militares em SERVIÇO não devem desanimar mas sim lutar por aquilo que julgam ser justo, para isso tem que comparecer nas reuniões, participar e exigir que os seus interesses sejam defendidos por aqueles que estão à frente dos destinos da A.D.F.A..

Quanto ao problema dos Deficientes Militares em SERVIÇO, e para que seja resolvido e que este grupo de sócios deixem de ser os filhos adoptivos da A.D.F.A..

Faço daqui uma proposta de trabalho à Direcção Central, para que de uma vez por todas se defina em relação a este grupo de sócios, se quer resolver este problema ou não, mas que diga abertamente sejamos francos.

1.º Eu julgo que é preciso definir o Conceito de Deficiente;

2.º Todo o deficiente que se deficientou ao serviço da Nação no cumprimento do Serviço Militar que seja considerado Deficiente Militar;

3.º Que a sua pensão seja calculada em função do grau de desvalorização.

Que após a sua morte seja garantida a subsistência do agregado familiar.

Albino Maia
Sócio 6041

Cascais
Exposição de Artesanato

Nas Galerias da Junta de Freguesia de Cascais, junto aos Bombeiros, está patente ao público uma exposição de artesanato feito por pessoas deficientes, que estará exposto até ao dia 7 de Agosto.

A exposição-venda é organizada pela Câmara Municipal de Cascais e conta com a participação de várias organizações de deficientes.

O Serviço de Formação e Emprego do Departamento de Reabilitação da ADFA, participa com algumas belas peças feitas pelos estagiários que frequentaram o curso de cerâmica da ADFA.

UCNOD
Direitos Humanos dos deficientes em Portugal longe de serem cumpridos

Os direitos Humanos dos Deficientes em Portugal estiveram em debate num colóquio promovido pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD), em Lisboa, no passado dia 19 de Março, tendo como objectivo debater a fazer uma análise profunda desta problemática, a qual mereceu o apoio da Fundação Europeia dos Direitos Humanos.

A mesa de abertura esteve presidida pela Dra. Maria Barroso, dr. Orlando Alves (presidente da UCNOD), dr. José Narciso Rodrigues (Procurador Geral da República), dr. António Charana (secretário Nacional de Reabilitação), mrs. Rachel Hurst (presidente da Disabled People's International), dr. Luís de Sande Freire (representante da Ordem dos Advogados), e dr. João Lopes Serrado (representante da Comissão Nacional da UNESCO).

Por fim, e com base no colóquio realizado, concluiu-se que:

- Existem violações sistemáticas do direito à saúde e à assistência médica e medicamentosa, e a negação do direito a envelhecer com dignidade.
- Cabe ao Governo, como órgão de Estado, aplicar as normas constitucionais que garantam os direitos dos deficientes .
- Deverá, ser assegurada a existência de medidas concretas de apoio aos deficientes, quer na aquisição de medicamentos, quer na aquisição de equipamentos necessários a minorar a sua deficiência.
- Deverá ser encontrado um sistema de Segurança Social que não negue os Direitos do Cidadão Deficiente.
- Deverá ser reconhecido aos idosos, particularmente aos que possuem qualquer tipo de deficiência, condições e acompanhamento que permitam um envelhecer com dignidade.
- Deverá a UCNOD assumir a realização de um encontro nacional de deficientes e de organismos a eles ligados, que possa fazer uma profunda reflexão sobre a luta reivindicativa dos últimos 20 anos e sobre as perspectivas e estratégicas para os anos vindouros.

Candidatos Precisam-se

CURSOS DE FORMAÇÃO PARA MONITORES DE TEORIA DE CONDUÇÃO

O Departamento de Reabilitação da ADFA vai organizar, em colaboração com uma escola de condução e com o apoio do IEFP (Fundo Social Europeu), um curso de Formação para Monitores de Teoria de Condução e Mecânica, aberto a DEFICIENTES (com exclusão de cegos, surdos-mudos, tetraplégicos e bi-amputados dos membros superiores), com o seguinte perfil, para além da necessidade de carta de condução:

- 11º Ano (Eventualmente o 9º)
- Segurança de Raciocínio
- Fluência Verbal

O curso, que será devidamente avaliado após o seu termo, pela Direcção-Geral de Viação e trânsito, terá a duração de 125 horas.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:
ADFA - Departamento de Reabilitação
TELEF.: 7570502 - EXT.: 225

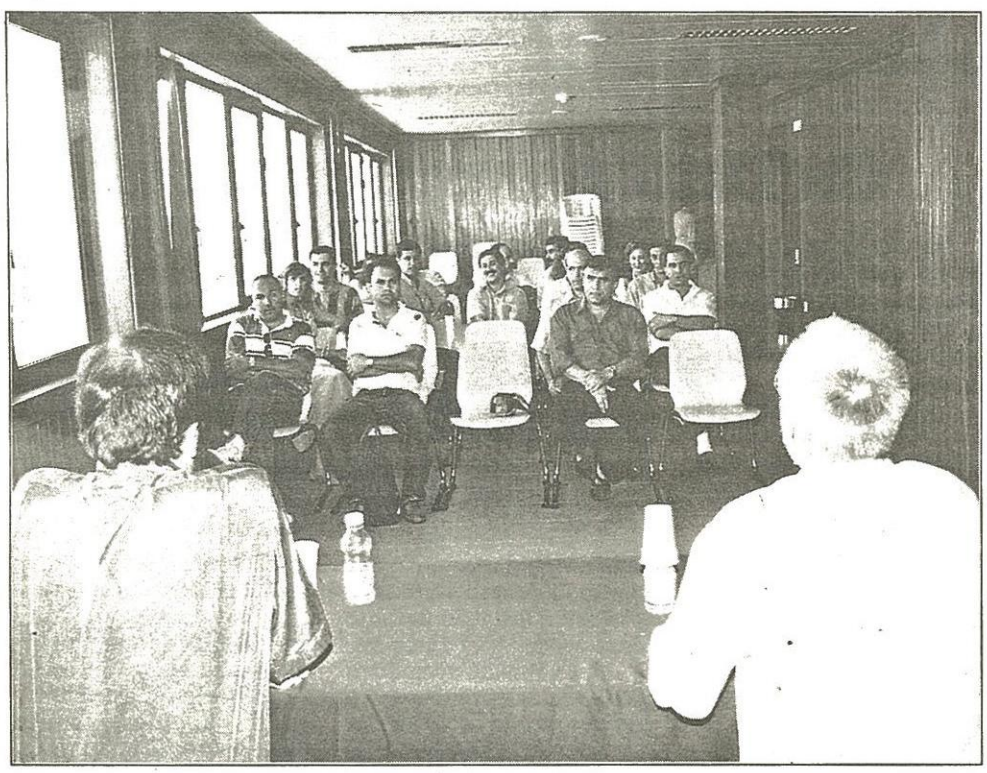
Évora

Informan-se os associados da Delegação de Évora que a mesma se encontrará encerrada para férias no mês de AGOSTO.

Famalicão

Informam-se todos os sócios que a Secretaria e o Bar da Delegação de Famalicão estarão encerrdos durante o mês de AGOSTO.

Visita de Estudo
Enfermeiros de Reabilitação do HMP na ADFA



Na tarde do dia 7 de Julho, visitaram a nossa Sede, afim de tomar conhecimento das realidades e planos da ADFA em termos de Reabilitação, duas dezenas de enfermeiros do HMP, do curso de Especialização em Enfermagem de Reabilitação.

Das acções e actividades levadas a efeito na matéria versada, foi-lhes dado conhecimento pelos responsáveis do Departamento de Reabilitação, Lopes Dias e Jorge Maurício, tendo, na parte final da reunião, o 1º Secretário da Direcção Central dado as perspectivas de futuro em tal matéria, por parte da nossa associação.

No debate que se seguiu, foi interessante e curioso verificar o interesse manifestado por aqueles profissionais de saúde militar relativamente à passada e actual situação do Lar Militar, indagando os elementos da ADFA presentes sobre que futuro que espera aquele, que pode vir a ser, um modelar estabelecimento, e os deficientes militares, que a ele, e por direito próprio, devem ter acesso.

AUTOSIL

ADFA

PROTOCOLO

Celebrado entre a Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a firma Acumuladores Autosil, S.A.

- **Condições especiais de fornecimento pela Autosil à ADFA e seus associados:**

— **Descontos:**

Baterias de arranque	— 28%
Acessórios VALEO	— 36%
Auto-rádios TOKAI	— 15%
Telemóveis	— 15%

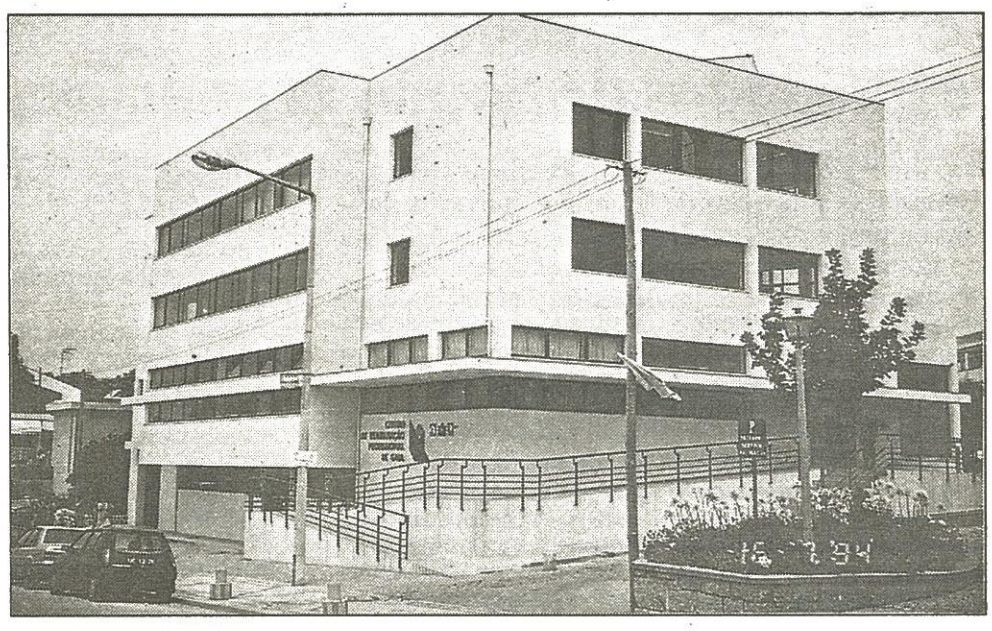
— **Montagem e assistência das baterias gratuita em todas as dependências Autosil.**

- **A Autosil só fornecerá material aos associados da ADFA, mediante apresentação de credencial passada pela ADFA, cuja validade será de 30 dias.**

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO — AUTOSIL

R. Filipe Folque, 22 - 1000 LISBOA - Telefone 3534226 - Telefax 547700
Av. 24 de Julho, 26 B - 1200 LISBOA - Telefone 3966825 - Telefax 602538 - Aberto Sábado das 8 às 14 horas
R. D. João IV, 643-655 - 4000 PORTO - Telefones 564352 - 564427 - Telefax 580140
R. Alexandre Herculano, 204 - 3500 VISEU - Telefone 423850 - Telefax 425722
Av. Fernão de Magalhães, 246 - 2000 COIMBRA - Telefone 26842 - Telefax 26366
Av. 1.º de Maio, 45 - 6000 CASTELO BRANCO - Telefone 23079 - Telefax 23079
R. Nuno Velho Pereira, 6 - 2000 SANTARÉM - Telefone 25505 - Telefax 25505
Av. Luisa Todi, 116 - 2900 SETÚBAL - Telefone 526395 - Telefax 526395
R. D. Pedro de Almeida Portugal, 8 A - Cova da Piedade - 2800 ALMADA - Telefone 2752473 - Telefax 2752473
R. Dr. António José de Almeida, 36-38 - 7000 ÉVORA - Telefone 22291
R. Marquês de Pombal, 63 - 7520 SINES - Telefone 632644 - Telefax 632644
R. Almirante Cândido dos Reis, 22 - 7800 BEJA - Telefone 324740 - Telefax 324740
R. Júlio Dinis, 74 - Montenegro - 8000 FARO - Telefone 817022 - Telefax 817022
Bairro Novo de Almodena, Lote 30, r/c - 5000 VILA REAL - Telefone 73549 - Telefax 73549

- **Para mais pormenores contactar a Sede/Delegações, que estão aptas a prestar as informações necessárias**



CRPG *flash*

NOTÍCIAS: APOIO DO GOVERNO AO CRPG

Foi concedido ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, pelo Ministério de Emprego e Segurança Social, um subsídio para ultimação das obras de remodelação.

Este subsídio vai permitir concluir obras como pintura dos edifícios, passeio coberto ligando os edifícios, e adaptação de gabinetes.

III CONGRESSO PORTUGUÊS DE PSICODRAMA

Realizou-se no Estoril, no âmbito da I Reunião Luso-Brasileira, o III Congresso Português de Psicodrama, dias 13, 14 e 15 de Maio 1994, organizado pela Sociedade Portuguesa de Psicodrama.

Nos vários trabalhos que decorreram em simultâneo, a psicóloga do CRPG — Dr.ª Rita Brito — participou naqueles que se relacionam com a população do Centro: psicodrama com adolescentes, papel do psicodrama na psicoterapia, o psicodrama na empresa: perspectivas de actuação, e psicodrama na formação profissional.

- A dinâmica das profissões e as novas necessidades em qualificação profissional
- As novas tecnologias e a sua importância para qualificação profissional e mercado de trabalho
- Reajustamento entre oferta e procura de trabalho
- O mercado dos quadros e profissões intelectuais
- A nova CNP: sua estrutura e objectivos

A documentação distribuida, nomeadamente duas publicações «Qualificações e Mercado de Trabalho» e «As Empresas e a Dinâmica das Profissões», encontram-se para consulta na Biblioteca.

4.os JOGOS DOURO/GAIA PARA DEFICIENTES

Os jogos Douro/Gaia realizaram-se este ano em 4 Junho no Parque Biológico Municipal de Vila Nova de Gaia. Foram organizados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (Divisão de Saúde e Acção Social) e nela participaram várias instituições, escolas e associações.

Participaram em todas as actividades alguns formandos do CRPG.

Tiveram um vasto programa às 8.30h com a concentração dos participantes na Câmara Municipal e chegada ao Parque Biológico cerca das 10 horas. Houve jogos tradicionais,, funcionaram diversos ateliers e exibição de folclore.

Estes jogos tiveram o patrocínio de 4 empresas.

ATLETA GALARDOADA COM O «DRAGÃO D'OURO»

A formanda Emília Dolores Lago da Costa, do Curso de Edição Assistida, é atleta do Futebol Clube do Porto desde 1987. Tem participado em diversas provas,e foi 6 vezes Campeã Nacional de Boccia — jogo de precisão. Participou nos Jogos Olímpicos de SEUL, obtendo o 3.º lugar de precisão.

Como prova de reconhecimento do seu mérito e serviços prestados ao Clube, o F.C. do Porto galardoou-a com o «Dragão de Ouro» no dia 13 de Maio de 1994.

SEMINÁRIO — «Educação Especial: que perspectivas?»

Realizou-se em Coimbra, nos dias 7 e 8 de Junho, organizado pela Federação Nacional dos Sindicatos de Educação, um Seminário sob o tema «Educação Especial».

- Situação da Educação Especial na Actividade
- Formação dos professores: Modelo de Ensino à Distância
- A Educação Especial e a Reforma Educativa
- Grandes Linhas de Orientação para uma Nova Política de Educação Especial

Nele participou, do CRPG, a professora Rosa Santos

SEMINÁRIO — Qualificação Profissional e Mercado de Emprego

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) promoveu um Seminário para debater e aprofundar as questões ligadas à qualificação profissional e sua relação como mercado de trabalho. Teve o apoio da Comissão da Comunidade Europeia.

Realizou-se em Lisboa dias 19 e 20 de Maio 1994 e nele participaram o Dr. Jerónimo de Sousa, a Dr.ª Alexandra Lorga e a Dr.ª Graciosa Oliveira.

Apresentaram-se os seguintes painéis:

- Conceitos básicos da qualificação

INTEGRAÇÃO

Foi integrada, no mês de Junho, na empresa Pinto & Monteiro, LDA. a formanda Maria Emília Silva Ribeiro, do curso de Administração e Gestão, com as funções de escriturária.

PROGRAMA LINGUA Visita preparatória

A fim de preparar a visita de reciprocidade do grupo de formandos da Associação YMCA de Colomiers ao CRPG, no âmbito do Programa LINGUA, em Setembro próximo, visitaram-nos nos dias 19 e 20 de Maio dois elementos daquela instituição — Mme. Danièle Blazy e Mr. Serge Paniagua.

Foram acompanhados pela Dr.ª Rita Brito e Professora Rosa Santos, tendo-lhes sido proporcionado um jantar com os formandos que se deslocaram a Toulouse em Setembro 1993.

ALENTEJO

ALUGA-SE

Casa de campo (T2) em quinta no Alvito, para as suas férais ou fins-de-semana, preparada para receber deficientes — utilização de cavalos e bicicletas da quinta — próximo da barragem e da Vila.

— Contactar: Telef. 084/48114, a partir das 19 horas

— Desconto aos sócios da ADFA DE 10%

Seminário sobre «Saúde Mental e Cuidados de Saúde Primárias»

No dia 5 e 6 de Maio de 1994, realizou-se um Seminário sobre Saúde Mental e cuidados de saúde primários, em Loures, no qual a ADFA se fez representar pela Coordenadora Pedagógica Dr.ª Maria de Jesus Faleiro e pela Técnica de Serviço Social Dr.ª Fátima Almeida.
Neste Seminário abordou-se o tema «Ansiedade e Depressão: Depressividade e Distímia e qualidade de vida».

Desta forma, foi focada toda a sintomatologia de Distímia: mau humor; estado taciturno; Anedomia que significa o reduzido prazer pelas actividades sociais, ruminações obsessivas e um pessimismo marcado.

Estes indivíduos apresentam alternação do apetite, de sono, (insónia ou Hipersónia) fadiga e retraimento social. Apresentam-se ainda introvertidos, queixosos e preocupados com a sua inadequação social.

Nestes indivíduos existe uma maior propensão para o abuso de bebidas alcoólicas havendo por vezes um mau ajustamento marital tendo todos estes aspectos repercussões sociais (maior dependência financeira, perdendo muitas vezes o emprego). Surge assim uma diminuição de qualidade de vida.

A morbilidade social encontra-se comprometida pois as faltas laborais são uma constante assim como as tentativas do suicídio.

É necessário que os profissionais de saúde façam um diagnóstico precoce no sentido de despistar casos de Distímia.

A Psicoterapia pode ser individual ou de grupo. Foi referido ainda que a empatia e a continuidade de cuidados são factores indispensáveis ao sucesso do tratamento.

Outro tema abordado no Simpósio satélite foi «Excluidos e Marginais» ou seja os chamados «Sem Abrigo».

A falar-se dos «Sem Abrigo», surge de imediato uma questão: Quem são os «Sem Abrigo» da cidade de Lisboa?

- São indivíduos do sexo masculino
- A maioria tem idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos de idade
- Frequência do ensino Primário ou Preparatório
- Frequência do ensino Médio Superior
- Apresentam problemas do Foro Psíquico
- Problemas de Alcoolismo
- Problemas de Toxicodependência

Muitos destes indivíduos, viveram uma parte da sua vida em Instituições, frequentam o refeitório dos Anjos, residem em Pensões e outros em albergues. Como consequência social, houve um abandono do Emprego, motivado por falência das Empresas onde trabalhavam, outros por despedimentos. Estes foram essencialmente os factores exógenos que levaram á falta de emprego e de uma fonte de subsistência.

A nível familiar, pode-se considerar que são indivíduos que deixam de viver muito cedo com os pais, encontrando-se desenraizadas do meio familiar. A maior parte destas pessoas são oriundas de zonas desfavorecidas do interior do país, vindo para Lisboa á procura de perspectivas de vida, havendo todo um conjunto de perdas no campo afectivo/económico/social (dificuldade em aceitar regras sociais) e incapacidade de manter relações afectivas estáveis.

Perante este quadro, é necessário reflectir sobre o que fazer.

Para isso é urgente criar programas de inserção sócio-laboral; Serviços compreensivos (atendendo á necessidades do utente).; Tratamento médico e psiquiátrico; criar equipas móveis multidisciplinares, sendo os serviços a ir ter com as pessoas e não ao contrário como se tem feito até ao momento. Por isso é necessário haver todo um registo de casos, sendo essencial a cooperação e articulação de trabalho com outras instituições sociais e serviços de saúde.

Não nos podemos esquecer que na Europa Comunitária existem 50 Milhões de Pobres — 1 Milhão com perturbações mentais e 3 Milhões Sem Abrigo. É urgente reflectir para se poder intervir.

Finalmente foi focado as Técnicas de entrevista onde houve o cuidado em relação a esta temática de sensibilizar os técnicos de Saúde nomeadamente médicos de clínica geral para a importância do diagnóstico de problemas psicológicos.

A preocupação de fazer um historial no modo de vida do doente e do seu relacionamento sócio-familiar torna-se uma exigência no sentido de melhor orientar o utente.

A maior ou menor empatia do Técnico, a sua sensibilidade e a atenção a pequenos pormenores como o contacto «face-to-face» (olhos nos olhos) e o clima de abertura em relação ao doente vão condicionar de forma significante, o sucesso do diagnóstico nomeadamente no que concerne à recolha de informações.

ZECA AFONSO
A VOZ DA LIBERDADE

No passado dia 23 de Fevereiro, passaram sete anos sobre a morte do Homem, que não da voz, que essa felizmente e por enquanto ainda não a calaram. José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, nasceu em Aveiro no dia 2 de Agosto de 1929.

Estudou na Cidade do Mondego — Coimbra, tendo-se notabilizado através da sua maravilhosa voz cantando e compondo Fados e Baladas de Coimbra. Zeca Afonso faria neste mês de Agosto 65 anos.

O Autor de Grândola Vila Morena, uma das suas muitas canções, senha de uma revolução, símbolo de um Portugal livre e Bandeira de uma geração que com ela se identificou e por ela traçou o seu destino. Fazia da música um utensílio que usou para transmitir os seus sonhos, as suas revoltas, as suas utopias, as coisas simples de que gostava, como a liberdade. Através da sua música denunciou o antigo regime e criticou a Guerra Colonial.

Depois de se formar, Zeca Afonso viria a leccionar durante alguns anos, mas incómodo como era para o regime fascista, foi expulso do ensino, tendo a partir de então dedicado-se à música, produzindo as mais belas canções de intervenção e outras que são ainda hoje o símbolo do Portugal Democrático.

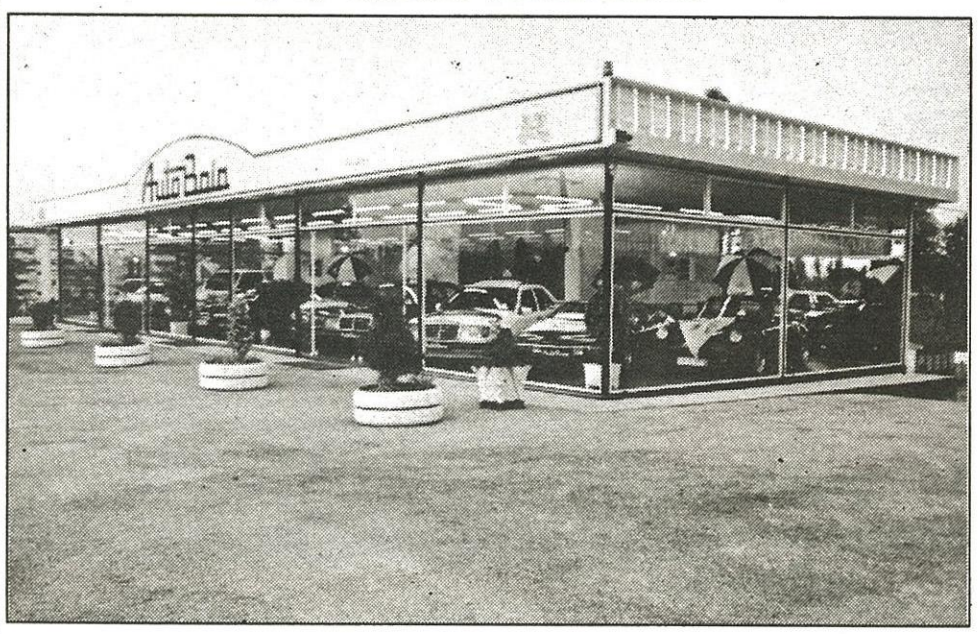
Nunca amou a sua voz como outros a amaram e acreditava que a realidade é o que existe, o que nós supomos que existe e o que nós inventamos. Zé Afonso fez falta a este País e os Deficientes Militares deverão manter um permanente respeito pela memória deste Homem que tanto nos deu.

Morreu na mesma luz com que sempre se acompanhou, num dia em que a chuva caía ainda mais triste.

José Martins Maia

• AUTOMÓVEIS — NOVOS — USADOS — COMPRA — VENDA — TROCA •

AutoBaia



Av. PADRE CRUZ, LOTE 2
Junto ao Edifício dos Deficientes
das Forças Armadas — Lumiar
1600 LISBOA
TEL. 7573565
FAX: 7575885 • ESPERAMOS POR SI •

NOVOS

- Mazda Xedos 6 - 1.6 full extras
- Mazda Xedos 6 - 2.0 full extras
- Fiat Sport Coupé 2.0 Turbo, último modelo em preto, vermelho ou amarelo com todos os extras
- Toyota Celica 1.8 e 2.0 último modelo/extras
- VW Golf Cabrio 1.8 versão especial com todos os extras
- Honda Prelude 2.0 I full extras

-Aceitamos encomendas de viaturas novas e usadas.

USADOS

- Porche Carrera Cabrio full extras preto 1988
- Mercedes 200D W 124 vários extras c/novo 1986
- Mercedes 250D W 124 vários extras c/novo 1987
- Mercedes 300D W124 Automático vários extras c/novo 1990
- BMW 323 I transformação Schnizer 1984
- Renault 9 TL impecável 1988
- BMW 316 impecável 1980
- Suzuki Vitara JLXI c/2 capotas, ar condicionado, direcção assistida, etc. 1992
- Mesarati Biturbo Spyder vários extras c/19.000 Km como novo ..... fins 1988
- Toyota Hiace bom estado 1980
- Peugeot 205 Junior 5 portas 1993
- Renault Clio 1.2RT 1993
- Fiat Uno 1.0 IES vários extras 1994
- Peugeot 106 XN 1994
- Renault 19 Chamade vários extras 1994
- Fiat Tipo 1.4S 1993
- Ford Fiesta 1.1 Wave 5 portas 1993
- Fiat UNO 60SL vários extras 1989
- Opel Ascona 1.6 Diesel 1988
- Mini 1100 Clubman 1976

COLECÇÃO

- Mercedes 220 SEB Coupé impecável 1963
- VW 1303 todo original 1963
- Citroen DS Super todo original 1971
- Saab 96 todo original 1972
- Triunph Herald 1200 p/reconstruir 1961
- VW 1600 L para reconstruir 1969
- Opel Comodore 2500 original 1970
- Temos mais unidades em stock

• IMPORTAMOS AUTOMÓVEIS NOVOS E USADOS COM OU SEM CAIXA AUTOMÁTICA

HMP

Reunião com o Director do Hospital

No Hospital Militar Principal, realizou-se, no dia 8 de Julho, uma reunião entre o Director do HMP e os presidente e vice-presidente da Direcção Central da ADFA.

Na oportunidade a ADFA manifestou a sua preocupação com as anomalias que têm vindo a ser detectadas na assistência médica e no fornecimento de próteses e ortóteses aos deficientes das Forças Armadas que ali se deslocam. Manifestou também o descontentamento dos sócios para a forma paternalista e caritativa, atentatória da dignidade dos deficientes, como por vezes são tratados os naqueles serviços e sugeriu que os diversos serviços fossem sensibilizados para esta problemática.

O Dr. Peralta mostrou-se sensível às questões apresentadas e afirmou que superiormente o apoio aos DFA está garantido, e que problemas de ordem administrativa não podem impedir um bom e atempado atendimento dos deficientes das Forças Armadas.

Ás mulheres que partilham suas vidas com o sofrimento e a luta dos grandes deficientes

Vinte anos após o 25 de Abril é tempo de reflexão, de análise das consequências da guerra colonial que marcou profundamente a nossa geração. Vimos partir irmãos, namorados e amigos para essa guerra que destroçou muitos deles na alma e no corpo.

De entre nós mulheres, houve algumas que viram regressar os que amavam com deficiências grandes e nem por isso os abandonaram. Outras cruzaram-se com eles nos hospitais, no Lar Militar, no Centro de Reabilitação do Alcoitão, enfim qualquer lugar do mundo teria servido para um encontro tão especial como este, em que uma das pessoas corajosamente aceita viver com todo o sofrimento que carrega e juntos tentam inventar formas novas de amar, de lutar e de sonhar.

Sempre considerei um privilégio o meu encontro e a minha vida ao lado de um grande deficiente.

Todas nós certamente nos tornámos pessoas mais ricas e mais compreensivas. Todas nós também já passámos por muitos momentos de sofrimento, de angústia e quem sabe de desespero e solidão.

Algumas de nós abandonámos as nossas carreiras profissionais para estarmos mais disponíveis para acompanharmos estes homens que têm tantos problemas de saúde e que cada vez precisam mais de nós.

Outras já contraíram doenças e já se deficientaram elas próprias neste acompanhamento diário, que exige esforço, muita coragem e muita abnegação.

Continuamos a amar estes homens que também nos amam e que sabem que a vida deles teria sido bem diferente, não fora este encontro.

Não faço ideia quantas somos, se temos problemas que em conjunto poderíamos discutir e tentar resolver, mas gostava que num dia não muito distante nos pudéssemos encontrar.

— Já é tempo de termos um espaço nosso.

— Já é tempo de dizermos que também existimos.

— Já é tempo de nos afirmarmos como mulheres a quem este país deve muito reconhecimento.

Espero que no vosso coração o sonho continue aceso e que acreditem que o nosso esforço vale a pena.

Se este apelo vos chegar às mãos, mergulhem nas vossas memórias mais antigas, reacendam o sorriso, atravessem a ponte e compartilhem comigo.

Vamos unir esforços para sermos mais fortes.

Maria Leonarda Tavares

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLOS COT 1.05	1.283.618.00	1.751.873.00
POLO SCOT D.	1.470.151.00	2.324.555.00
GOLF CL 1.4 2P	1.724.840.00	2.619.995.00
GOLF CL 1.4 4P	1.767.254.00	2.669.195.00
GOLF CL D 4P	1.837.595.00	4.031.523.00
GOLF GL TD 4P	2.325.616.00	4.597.629.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.101.917.00	3.057.404.00
GOLF VARIANT GLD	2.039.527.00	4.265.764.00
GOLF VARIANT GL TD	2.529.281.00	4.833.879.00
GOLF VARIANT GL TDI	3.103.494.00	5.411.966.00
VENTO CL 1.4	1.961.987.00	2.895.085.00
VENTO GL 1.4	2.276.421.00	3.259.829.00
VENTO CL D	1.923.770.00	4.131.488.00
VENTO GL TD	2.392.087.00	4.674.734.00
VENTO GL TDI	2.845.923.00	5.201.184.00
PASSAT CL TDI	2.737.913.00	5.075.892.00
PASSAT GL TDI	3.423.608.00	5.871.298.00
PASSAT VARIANT CL TDI	2.990.232.00	5.368.582.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.675.926.00	6.163.987.00
AUDI 80 TDI	4.298.359.00	6.886.009.00
AUDI 80 AVANT TDI	4.546.341.00	7.173.669.00
AUDI 80 TDI (Automático)	3.556.879.00	6.025.893.00
AUDI 80 AVANT TDI (Aut.)	3.817.822.00	6.328.586.00

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
SWING 1.2 3P	1.319.908.00	1.946.828.00
SPORT 1.4 3P	1.623.214.00	2.550.828.00
SWING 1.4 3P	1.549.076.00	2.464.828.00
SWING 1.5D 3P	1.629.348.00	2.711.828.00
SWING 1.5 TD 5P	1.685.383.00	2.776.828.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.218.042.00	3.240.828.00
1.7 GL 4P Diesel	2.169.352.00	3.804.828.00
1.7 GLS 4P T. Diesel	2.589.897.00	4.250.828.00
1.7 GL 5P Diesel (Carrinha)	2.289.170.00	3.943.828.00
1.7 GLS 5P T. Diesel (Carrinha)	2.689.517.00	4.376.828.00
VECTRA		
1.6 CDX 4P	2.908.759.00	4.433.828.00
1.7 T. D. 4P e 5P	2.726.586.00	4.419.828.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telefs.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.
O estimado sócio pode também pedir informações sobre: Citroën; Peugeot e Ford.

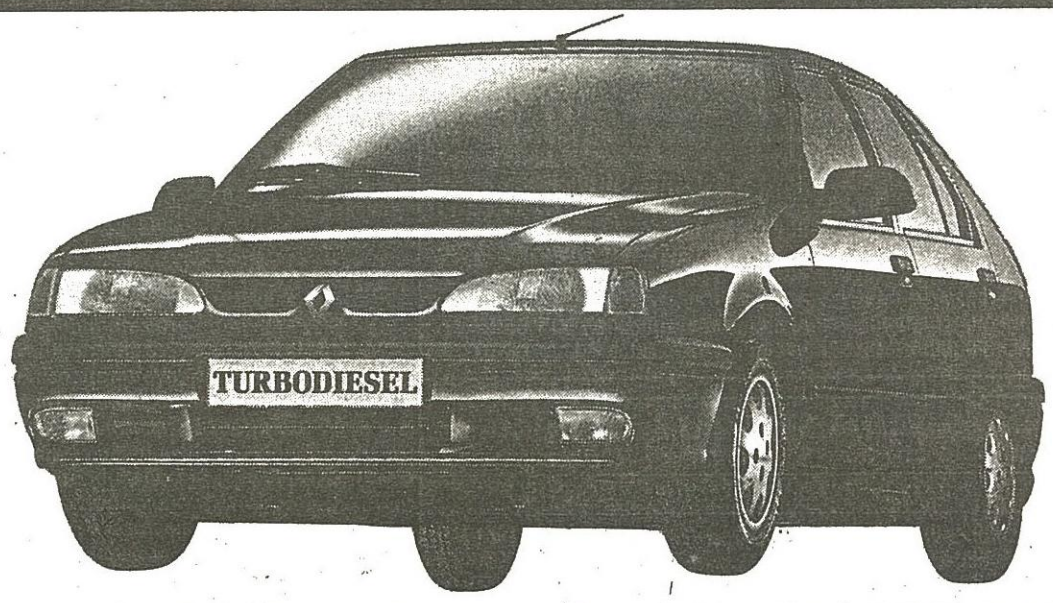
AUTOMÓVEIS FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	1.220.065.00	1.667.056.00
UNO 1.7 5P	1.273.427.00	2.724.057.00
UNO TURBO 5P	1.906.143.00	2.810.057.00
PUNTO 55 S 3P	1.179.500.00	1.691.356.00
PUNTO 55 S 5P	1.235.448.00	1.756.256.00
PUNTO 75 T. D. 3P	1.612.011.00	3.119.056.00
TIPO 1.4 3P	1.591.684.00	2.453.056.00
TIPO 1.7 5P	1.785.287.00	3.320.056.00
TEMPRA 1.4	1.920.994.00	2.835.056.00
TEMPRA 1.9 T.D.S.	2.627.708.00	5.090.056.00
TEMPRA T.D. (Carrinha)	2.731.156.00	5.210.056.00
CROMA 1.9 T.D.I.	3.063.053.00	5.595.057.00

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE

AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um **Renault 19 Turbo Diesel.**

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico,

volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos

e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir

ao novo **Renault 19 Turbo Diesel,**

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

Versão comercializada com jantes de liga leve.

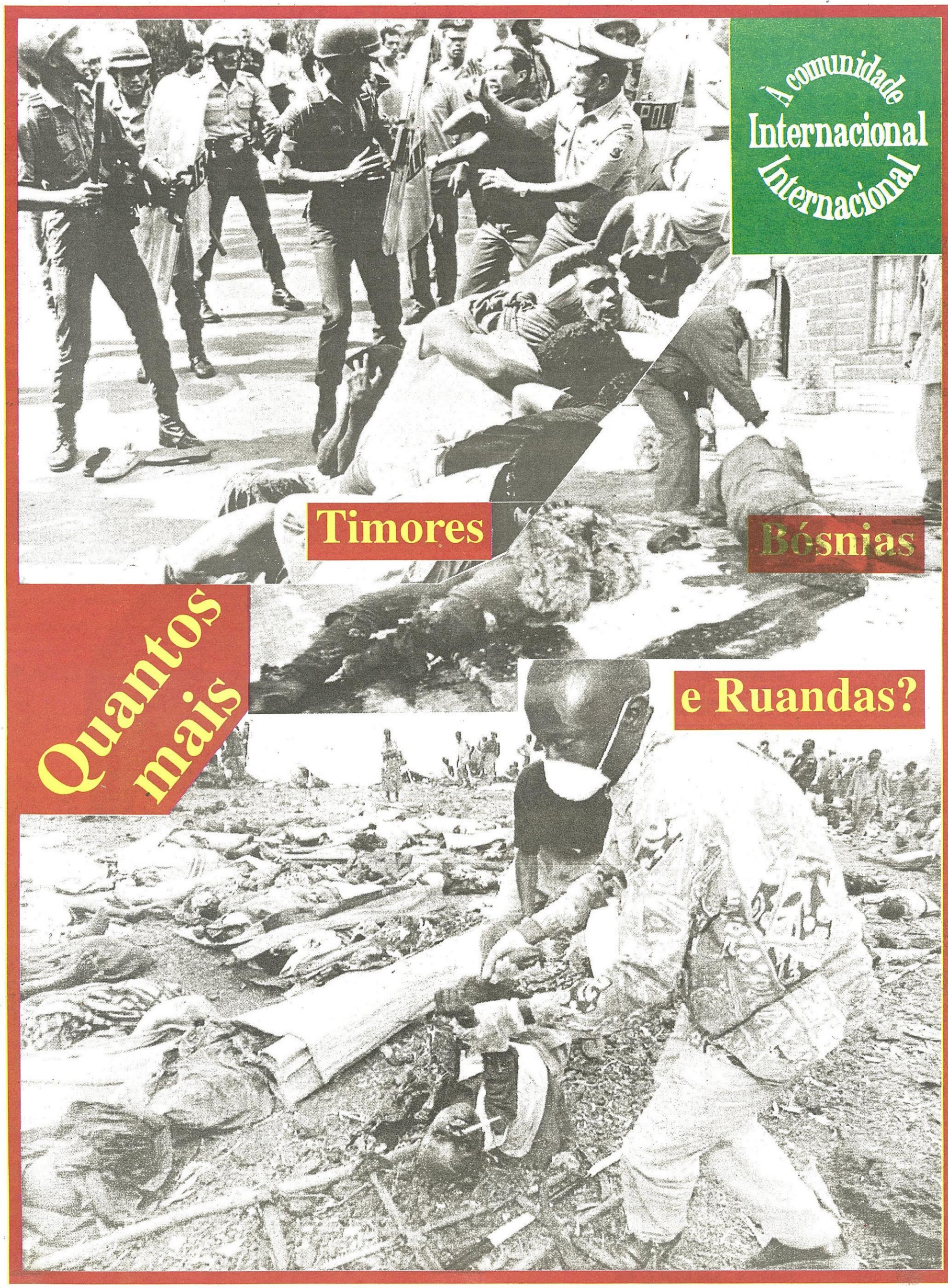
Sucursal

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa

Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80

RENAULT


À comunidade Internacional Internacional
Timores
Bósnias
Quantos mais
e Ruandas?